



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

## **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



### **RELATÓRIO DE GESTÃO**

**Prestação de Contas Anual do Exercício de 2020**



## **APRESENTAÇÃO**

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo – TJES apresenta seu Relatório de Gestão – RELGES, em cumprimento ao item 03 do Anexo 05 da Instrução Normativa nº 28, de 26 de Novembro de 2013 e ao item 2.6 do Anexo III da Instrução Normativa nº 68, de 08 de Dezembro de 2020, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Este relatório apresenta os principais resultados dos programas desenvolvidos no âmbito do Poder Judiciário Estadual, na área administrativa, abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial.

As informações disponibilizadas foram consolidadas pela Secretaria Geral, a partir dos dados enviados pelas unidades executoras.

Vitória, de março de 2021.

**Desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES



## SUMÁRIO

<b>1. Plano Plurianual de Aplicações .....</b>	<b>04</b>
<b>2. Planejamento e Gestão Orçamentária.....</b>	<b>06</b>
<b>3. Execução Orçamentária.....</b>	<b>08</b>
<b>4. Planejamento Estratégico.....</b>	<b>18</b>
<b>5. Revisão dos Dados Estatísticos Encaminhados ao CNJ.....</b>	<b>31</b>
<b>6. Ações Realizadas no Exercício de 2020.....</b>	<b>32</b>
6.1 - Escola da Magistratura – EMES.....	32
6.2 - Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.....	41
6.3 - Assessoria de Segurança Institucional.....	44
6.4 - Secretaria de Infraestrutura.....	46
6.5 - Secretaria Judiciária.....	59
6.6 - Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.....	66
6.7 - Secretaria de Gestão de Pessoas.....	71
6.8 - Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária.....	77
6.9 - Secretaria de Tecnologia da Informação.....	79
<b>7. Processos – casos novos, sentenças e baixas.....</b>	<b>83</b>
<b>8. Gestão de Precatórios no Exercício de 2020.....</b>	<b>84</b>
<b>9. Considerações Finais.....</b>	<b>86</b>



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2020

### 1. PLANO PLURIANUAL DE APLICAÇÕES

O exercício de 2020 iniciou o ciclo de um novo Plano Plurianual de Aplicações, preparando diretrizes, objetivos e metas físicas e financeiras para o período de 2020 a 2023.

Novamente estruturado com apenas um “Programa”, nominado “Justiça Acessível com Solução de Demandas Efetiva, Adequada e em Tempo Razoável”, o PPA 2020/2023 manteve como principal objetivo “Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito”.

Público Alvo: Indivíduos e Organizações a Sociedade que buscam a tutela jurisdicional.

Situação: *as restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus impactaram nos resultados esperados para 2020.*

Unidades Orçamentárias: TJES e FUNEPJ

Previsão Financeira 2020 (final) – unidade TJES : R\$ 1.112.520.754,00

Resultado Financeiro 2020 – unidade TJES: R\$ 913.838.220,43 (empenhado) / R\$ 913.795.724,56 (liquidado)

Execução 2020: 82,14% (empenhado/liquidado)

Previsão Financeira 2020 (final) – unidade FUNEPJ: R\$ 158.948.000,00

Resultado Financeiro 2020 – unidade FUNEPJ: R\$ 109.304.936,12 (empenhado) / R\$ 91.738.429,75 (liquidado)

Execução 2020: 68,77% (empenhado) / 57,72% (liquidado)

Ações 2020:

#### 1.1 – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: viabilizar remuneração do pessoal ativo da Instituição, bem como a contribuição do Estado para o custeio dos regimes de previdência próprio e complementar.

Tipo: atividade

Produto: pessoal remunerado

Previsão Físico 2020: 3.638 (unidade)

Resultado Físico 2020: 3.618 (unidade)

Execução 2020: 99,45%

Previsão Financeira 2020 (final): R\$ 890.831.372,00

Resultado Financeiro 2020: R\$ 777.549.763,60 (empenhado) / R\$ 777.509.890,62 (liquidado)

Execução 2020: 87,28% (empenhado/liquidado)

**Situação**: *ação sendo desenvolvida conforme planejamento inicial.*

Planos Orçamentários:

Folha de Magistrados



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Folha Servidores – Regime Geral  
Folha Servidores – Regime Próprio

**1.2 – Valorização e Desenvolvimento de Pessoas (unidade orçamentária TJES)**

Finalidade: oferecer a magistrados e servidores as vantagens pecuniárias legalmente previstas e outros benefícios sociais e de saúde, além de propiciar os meios para a contratação de estagiários e para a substituição de mão de obra da Instituição.

Tipo: atividade

Produto: servidor beneficiado

Previsão Físico 2020: 3.638 (unidade)

Resultado Físico 2020: 5.931 (unidade)

Execução 2020: 163,03%

Previsão Financeira 2020 (final): R\$ 151.738.983,00

Resultado Financeiro 2020: R\$ 136.288.456,83 (empenhado) / R\$ 136.285.833,94 (liquidado)

Execução 2020: 89,82% (empenhado / liquidado)

**Situação:** ação sendo desenvolvida conforme planejamento. Unidades mensais (pessoal beneficiado) atualizados com a inclusão do número de estagiários (dados liquidados).

Planos orçamentários:

Capacitação e Treinamento (EMES e TI)

Juizados Cíveis e Criminais

Gestão de Pessoas (auxílio transporte)

Estagiários

Folha de Magistrados

Folha Servidores – Regime Geral

Folha Servidores – Regime Próprio

Auxílio Alimentação Policiais Militares à Disposição do TJES

Não Definido

**1.3 – Contribuição Previdenciária Complementar (unidade orçamentária TJES)**

Finalidade: cumprir obrigações estabelecidas no parágrafo primeiro, artigo 40, da Lei Complementar nº 282, de 22/04/2004.

Tipo: operação especial

Produto: não definido

Previsão Físico 2020: 0

Resultado Físico 2020: 0

Execução 2020: 0%

Previsão Financeira 2020 (final): R\$ 69.950.399,00

Resultado Financeiro 2020: R\$ 0,00 (orçamentário)

Execução 2020: 0,00% (orçamentária)

**Situação:** ação desenvolvida em cumprimento ao art. 40, § 1º, Lei Complementar nº 282/2004, de forma extraorçamentária (R\$ 204.049.255,49 – ano 2020)

Plano Orçamentário: Não definido

**1.4 – Efetividade na Prestação Jurisdicional (unidade orçamentária FUNEPJ)**

Finalidade: propiciar recursos essenciais ao cumprimento da atividade jurisdicional com efetividade, buscando celeridade e acessibilidade.

Tipo: atividade



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Produto: processo baixado

Previsão Físico 2020: 505.914

Resultado Físico 2019: 241.491

Execução: 47,73%

Previsão Financeira 2020 (final): R\$ 158.948.000,00

Resultado Financeiro 2020: R\$ 109.304.936,12 (empenhado) / R\$ 91.738.429,75 (liquidado)

Execução 2020: 68,77% (empenhado) / 57,72% (liquidado)

**Situação:** *Em razão da pandemia do coronavírus, foi assinado o Ato Normativo TJES nº 64/2020 que definiu medidas para prevenção do contágio da Covid-19 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo. Estas medidas impactaram diretamente nos resultados dessa ação (2078).*

*Em agosto de 2020, foi definido o retorno gradual do trabalho presencial do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJS) por meio do Ato Normativo nº 88/2020. A partir do dia 28 de setembro de 2020, iniciou-se a fase final de retorno dos serviços jurisdicionais presenciais com: o acesso de todo o jurisdicionado às dependências dos prédios do PJS, a realização de audiências presenciais, observados os preceitos de segurança e as normas técnicas de biossegurança (sendo recomendado, sempre que possível, a realização do ato por videoconferência), a retomada dos prazos dos processos físicos, o retorno do horário normal de expediente e retomado o procedimento ordinário de protocolo.*

Planos orçamentários:

Comunicação

Deslocamento Magistrados (inclusive jurisdição estendida), Servidores e Policiais Militares à Disposição

Engenharia

Eventos Institucionais

Financeiro

Gestão de Pessoas

Gestão Documental

Infraestrutura

Juizados Infância e Juventude

Juizados Cíveis e Criminais

Secretaria Geral

Segurança Institucional

Tecnologia da Informação

Não Definido

Os resultados físicos e financeiros do ano de 2020 estão disponibilizados na página da internet do Tribunal de Justiça, no link "Portal Transparência/Informações Orçamentárias".

## **2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

Seguindo o rito anual, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo estruturou seu planejamento orçamentário e financeiro para 2020 baseado nas metas e intenções de despesa apresentadas pelas áreas estruturantes do Poder (e revisonadas pela Secretaria Geral), bem como nas demandas individuais de magistrados e servidores, entidades representativas e cidadãos em geral, estas apresentadas em espaço específico na internet (página do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo), tudo em consonância com o Plano Plurianual de Aplicações 2020/2023.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Consolidada pela Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica e aprovada pelo e. Tribunal Pleno, a proposta orçamentária para o ano de 2020, órgão Poder Judiciário, permaneceu dividida em duas unidades orçamentárias, a primeira delas de fonte do tesouro estadual (unidade Tribunal de Justiça – TJ) e a segunda de fonte própria de arrecadação (Fundo Especial do Poder Judiciário – FUNEPJ), ambas limitadas, em termo de despesa, à estimativa de receita (unidade Tribunal de Justiça: teto apresentado pelo Poder Executivo em face da previsão de arrecadação anual do Estado / unidade Fundo Especial: estimativa de arrecadação direta do próprio Poder Judiciário para o ano).

À **unidade Tribunal de Justiça** foram direcionadas as despesas com pessoal (incluídas obrigações patronais e contribuições previdenciárias complementares) e seus benefícios, capacitação, indenização de transporte dos analistas judiciários avaliadores/oficiais de justiça e estagiários.

À **unidade Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNEPJ** restou subsidiar todas as demais despesas correntes e de capital da Instituição.

Abaixo, o orçamento inicialmente aprovado, os créditos adicionais no decorrer do exercício (suplementações) e o orçamento autorizado final:

<b>ORÇAMENTO ORIGINÁRIO</b>	<b>VALOR</b>
Unidade Tribunal de Justiça	R\$ 1.112.520.754,00
Unidade Fundo Especial	R\$ 118.948.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.231.468.754,00</b>

<b>CRÉDITOS ADICIONAIS</b>	<b>VALOR</b>
Unidade Tribunal de Justiça	R\$ 0,00
Unidade Fundo Especial	R\$ 40.000.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 40.000.000,00</b>

<b>ORÇAMENTO FINAL (ATUALIZADO)</b>	<b>VALOR</b>
Unidade Tribunal de Justiça	R\$ 1.112.520.754,00
Unidade Fundo Especial	R\$ 158.948.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.271.468.754,00</b>

A suplementação ao Fundo Especial (Decreto nº 775-S, de 06/07/2020, no valor de R\$ 40.000.000,00) se realizou exclusivamente via superávit financeiro do exercício anterior da própria unidade (FUNEPJ), e visou especialmente cobrir o expressivo déficit de arrecadação (redução de receita) ocorrido no decorrer do exercício em virtude da pandemia COVID-19.

Também na unidade FUNEPJ foram realizados movimentos de alteração sem impactos de crescimento no orçamento anual, relativos à transferência de recursos da modalidade 90 (aplicação direta) para a



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

modalidade 91 (transações financeiras entre entidades de um mesmo Ente Federativo), a fim de subsidiar convênio TJES/Secretaria de Estado da Justiça/SEJUS (Atos TJES nº 28, de 23/01/2020 e nº 55, de 17/02/2020, nos valores de R\$ 233.000,00 e R\$ 531.660,00 respectivamente).

### 3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 3.1. UNIDADE TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Fonte Tesouro)

##### 3.1.1. DESPESA

##### POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO FINAL (A)	VALOR EMPENHADO (B)	% (B/A)
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 960.781.771,00	R\$ 777.549.763,60	80,93%
Outras Despesas Correntes	R\$ 151.738.983,00	R\$ 136.288.456,83	89,82%
Despesas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.112.520.754,00</b>	<b>R\$ 913.838.220,43</b>	<b>82,14%</b>

Notas:

i) Em "Outras Despesas Correntes" estão incluídos, entre outros, auxílio alimentação, auxílio saúde, auxílio creche, auxílio moradia, vale transporte, ajuda de custo, jetons, despesas com capacitação, indenização de transporte oficiais de justiça e estagiários.

##### POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

PLANO ORÇAMENTÁRIO	AUTORIZADO FINAL	VALOR EMPENHADO	%
Capacitação e Treinamento (abrangendo todas as áreas)	R\$ 2.995.568,00	R\$ 93.925,55	3,14%
Juizados Cíveis e Criminais	R\$ 1.133.561,70	R\$ 980.858,48	86,53%
Folha Magistrados	R\$ 230.188.143,90	R\$ 212.385.307,41	92,27%
Folha Servidores – Regime Geral	R\$ 78.351.095,08	R\$ 74.008.226,91	94,46%
Folha Servidores – Regime Próprio	R\$ 705.243.714,35	R\$ 607.951.676,16	86,20%
Não Definido - Contribuição Previdenciária Complementar	R\$ 69.950.399,00	R\$ 0,00	0,00%
Estagiários	R\$ 22.248.921,00	R\$ 17.796.887,19	79,99%



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Auxílio Transporte	R\$ 309.702,00	R\$ 3.132,40	1,01%
Auxílio Alimentação Policiais Militares à Disposição do TJES	R\$ 639.376,06	R\$ 618.206,33	96,69%
Não Definido - Geral	R\$ 1.460.272,91	R\$ 0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.112.520.754,00</b>	<b>R\$ 913.838.220,43</b>	<b>82,14%</b>

Notas:

- i) O plano orçamentário "Não Definido - Geral", de execução 0,00% (empenho), refere-se à recursos disponibilizados para possíveis reajustes nas despesas com auxílios.
- ii) O plano orçamentário "Não Definido - Contribuição Previdenciária Complementar" não apresenta execução de empenho em face do movimento da despesa se efetivar de forma *extraorçamentária*. Considerando que a referida contribuição complementar atingiu o montante anual de despesa extraorçamentária de R\$ 204.049.255,49, e que destes, R\$ 69.950.399,00 estavam consignados no orçamento aprovado, a execução orçamentária da unidade Tribunal de Justiça, para fins de resultado fidedigno, resultaria em **88,43%**, conforme a seguir demonstrado.
- iii) O plano orçamentário "Juizados Cíveis e Criminais" contempla o pagamento de juiz leigo a contar do mês de Julho/2020 (até junho/2020 sob responsabilidade da unidade FUNEPJ).

**POR CATEGORIA DE DESPESA (considerando o movimento de despesa extraorçamentário - contribuição previdenciária complementar)**

<b>CATEGORIA DE DESPESA</b>	<b>AUTORIZADO FINAL</b>	<b>VALOR EMPENHADO *incluído o movimento extraorçamentário</b>	<b>%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 960.781.771,00	R\$ 847.500.162,60	88,21%
Outras Despesas Correntes	R\$ 151.738.983,00	R\$ 136.288.456,83	89,82%
Despesas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.112.520.754,00</b>	<b>R\$ 983.788.619,43</b>	<b>88,43%</b>

Notas:

- i) Em "Outras Despesas Correntes" estão incluídos, entre outros, auxílio alimentação, auxílio saúde, auxílio creche, auxílio moradia, vale transporte, ajuda de custo, jetons, despesas com capacitação, indenização de transporte oficiais de justiça e estagiários.

**POR PLANO ORÇAMENTÁRIO (considerando o movimento de despesa extraorçamentário - contribuição previdenciária complementar)**

<b>PLANO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>AUTORIZADO FINAL</b>	<b>VALOR EMPENHADO *incluído o movimento extraorçamentário</b>	<b>%</b>
Capacitação e Treinamento (abrangendo todas as áreas)	R\$ 2.995.568,00	R\$ 93.925,55	3,14%
Juizados Cíveis e Criminais	R\$ 1.133.561,70	R\$ 980.858,48	86,53%



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Folha Magistrados	R\$ 230.188.143,90	R\$ 212.385.307,41	92,27%
Folha Servidores – Regime Geral	R\$ 78.351.095,08	R\$ 74.008.226,91	94,46%
Folha Servidores – Regime Próprio	R\$ 705.243.714,35	R\$ 607.951.676,16	86,20%
Não Definido - Contribuição Previdenciária Complementar	R\$ 69.950.399,00	R\$ 69.950.399,00	100,00%
Estagiários	R\$ 22.248.921,00	R\$ 17.796.887,19	79,99%
Auxílio Transporte	R\$ 309.702,00	R\$ 3.132,40	1,01%
Auxílio Alimentação Policiais Militares à Disposição do TJES	R\$ 639.376,06	R\$ 618.206,33	96,69%
Não Definido - Geral	R\$ 1.460.272,91	R\$ 0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.112.520.754,00</b>	<b>R\$ 983.788.619,43</b>	<b>88,43%</b>

Notas:

- i) O plano orçamentário “Não Definido - Geral”, de execução 0,00% (empenho), refere-se à recursos disponibilizados para possíveis reajustes nas despesas com auxílios.
- ii) O plano orçamentário “Não Definido - Contribuição Previdenciária Complementar” apresenta execução de empenho no mesmo valor orçamentariamente aprovado.
- iii) O plano orçamentário “Juizados Cíveis e Criminais” contempla o pagamento de juiz leigo a contar do mês de Julho/2020 (até junho/2020 sob responsabilidade da unidade FUNEPJ).

Fundamental ainda ressaltar que do total efetivo de despesa orçamentariamente empenhada (**R\$ 913.838.220,43**), parte encerrou o exercício financeiro registrado em **Restos a Pagar**, dependente, portanto, de concretização real do gasto no decorrer do ano de 2021.

Em Restos a Pagar Processados/Liquidados foram inscritos **R\$ 1.583.392,30**, conforme divisão a seguir:

R\$ 1.320,45 – referentes à parcela patronal de pessoal requisitado (despesas de pessoal);  
R\$ 1.582.071,85 – referentes a estagiários competência dezembro/2020 - bolsa e auxílios (outras despesas de custeio).

Em Restos a Pagar Não Processados/Não Liquidados, foram inscritos **R\$ 42.495,87**, na seguinte divisão:

R\$ 33.560,32 – referentes a ressarcimento de pessoal requisitado (despesas de pessoal);  
R\$ 6.312,66 – referentes a parcela patronal de pessoal requisitado (despesas de pessoal);  
R\$ 1.844,75 – referentes a seguro de estagiários (outras despesas de custeio);  
R\$ 778,14 – referentes a contratação de serviços de hospedagem/alimentação vinculados a capacitação (outras despesas de custeio).



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

**RESTOS A PAGAR - POR CATEGORIA DE DESPESA**

<b>CATEGORIA DE DESPESA</b>	<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>	<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>TOTAL</b>
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 1.320,45	R\$ 39.872,98	R\$ 41.193,43
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.582.071,85	R\$ 2.622,89	R\$ 1.584.694,74
Despesas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.583.392,30</b>	<b>R\$ 42.495,87</b>	<b>R\$ 1.625.888,17</b>
<b>% Total Empenhado</b>	<b>0,173%</b>	<b>0,005%</b>	<b>0,178%</b>

**RESTOS A PAGAR - POR PLANO ORÇAMENTÁRIO**

<b>PLANO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>	<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>% SOBRE TOTAL EMPENHADO POR PLANO ORÇAMENTÁRIO</b>
Capacitação e Treinamento (abrangendo todas as áreas)	R\$ 0,00	R\$ 778,14	R\$ 778,14	0,83%
Juizados Cíveis e Criminais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Folha Magistrados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Folha Servidores – Regime Geral	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Folha Servidores – Regime Próprio	R\$ 1.320,45	R\$ 39.872,98	R\$ 41.193,43	0,01%
Não Definido - Contribuição Previdenciária Complementar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Estagiários	R\$ 1.582.071,85	R\$ 1.844,75	R\$ 1.583.916,60	8,90%
Auxílio Transporte	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Auxílio Alimentação Policiais Militares à Disposição do TJES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Não Definido - Geral	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.583.392,30</b>	<b>R\$ 42.495,87</b>	<b>R\$ 1.625.888,17</b>	<b>0,17%</b>

**3.2. UNIDADE FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO (Fonte Própria)**

**3.2.1. RECEITA**

A Previsão inicial de arrecadação da unidade FUNEPJ, que deu subsídio e contrapartida à despesa originalmente proposta e consolidada em orçamento, foi de R\$ 118.948.000,00, mais uma vez já considerada a continuidade das perdas ocorridas nos exercícios pretéritos. Abaixo, a efetiva execução da arrecadação, ano 2020:

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	REALIZADO	DIFERENÇA
Receita Tributária	1 - Taxa de Fiscalização Atos Serviços Notariais 2 - Custas e Emolumentos	R\$ 84.308.000,00	R\$ 70.008.092,99	- R\$ 14.299.907,01
Receita Patrimonial	1 - Aluguéis, 2 - Aplicação Financeira 3- Permissões e Usos de Bens Públicos	R\$ 7.107.000,00	R\$ 2.700.601,55	- R\$ 4.406.398,45
Receita de Serviços	1 - Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos,... 2 - Selo de Fiscalização 3 - Outros Serviços Administrativos	R\$ 1.074.000,00	R\$ 895.401,61	- R\$ 178.598,39
Outras Receitas Correntes	1 - Multas e Juros Contratuais 2 - Outras Multas	R\$ 26.459.000,00	R\$ 12.355.700,26	- R\$ 14.103.299,74



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

	3 - Superávit Extrajudicial 4 - Depósitos Judiciais 5 - Outras Receitas			
Receitas de Capital	1 - Alienação de Bens Móveis	R\$ 0,00	R\$ 370.924,49	+ 370.924,49
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 118.948.000,00</b>	<b>R\$ 86.330.720,90</b>	<b>- R\$ 32.617.279,10</b>

Ao final, a arrecadação total a menor em R\$ 32.617.279,10 é originária da diferença entre previsão e arrecadação das seguintes receitas:

1. Taxa de Fiscalização Atos Serviços Notariais e Registros Públicos (receita tributária) – arrecadação menor em R\$ 1.019.603,90
2. Custas e Emolumentos (receita tributária) – arrecadação menor em R\$ 13.280.303,11
3. Aluguéis (receita patrimonial) – arrecadação menor em R\$ 39.881,91
4. Aplicação Financeira (receita patrimonial) – arrecadação menor em R\$ 4.368.323,47
5. Permissão de Uso de Bens Públicos (receita patrimonial) – arrecadação maior em R\$ 1.806,93
6. Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos,... (receita de serviços) – arrecadação menor em R\$ 35.448,65
7. Outros Serviços Administrativos (receita de serviços) – arrecadação maior em R\$ 14.797,41
8. Outros Serviços de Inspeção e Fiscalização (receita de serviços) – arrecadação menor em R\$ 157.947,15
9. Multas Contratuais (outras receitas correntes) – arrecadação maior em R\$ 52.816,87
10. Outras Multas (outras receitas correntes) – arrecadação menor em R\$ 10.233,91
11. Dívida Ativa Não Tributária (outras receitas correntes) – arrecadação maior em R\$ 837.564,14
12. Superávit Extrajudicial (outras receitas correntes) – arrecadação menor em R\$ 4.832.103,01
13. Depósitos Judiciais (outras receitas correntes) – arrecadação menor em R\$ 9.950.196,55
14. Outras Receitas (outras receitas correntes) – arrecadação menor em R\$ 201.147,28
15. Alienação de Bens Móveis (receita de capital) – arrecadação maior em R\$ 370.924,49

No que diz respeito as receitas de redução mais significativa, lembramos que a pandemia do novo coronavírus (covid-19) impôs a quarentena, situação na qual a movimentação de pessoas e a prestação de serviços em geral se viram restringidas. Os serviços públicos foram prestados, no período da quarentena, no formato home office, iniciado, no Poder Judiciário, no dia 19/03/2020, com retorno presencial gradual até o completo reinício na data de 28/09/2020.

Três serviços importantes para a arrecadação do FUNEPJ foram diretamente afetados pela restrição geral e particularmente pela restrição dos serviços judiciais: i) serviços notariais e de registros públicos (menor demanda dos cidadãos pelos serviços de autenticação de documentos, escrituras, registros públicos e outros prestados pelos cartórios notariais e de registro); ii) custas e emolumentos (fechamento presencial do Poder Judiciário pelo período de 6 meses, gerando diminuição do fluxo dos serviços judiciais, já que inexistente processo judicial eletrônico na maioria das varas da justiça) e iii)



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

superávit extrajudicial (diminuição da arrecadação dos cartórios não oficializados em face da redução de demanda pelos serviços prestados).

A receita referente ao *spread* bancário dos depósitos judiciais seguiu a trajetória de queda já experimentada nos exercícios anteriores, mas agravada por novas reduções da Selic, taxa que remunera os referidos depósitos (dez/2016: 1,12%; dez/2017: 0,54%; dez/2018: 0,49%; dez/2019: 0,37%; dez/2020: 0,16%).

Em face da diminuição significativa das principais receitas, registrou-se, por consequência, a redução da aplicação financeira, receita diretamente relacionada ao montante/*quantum* em caixa/banco originário de todas as demais arrecadações.

No que diz respeito aos resultados positivos, registra-se a realização de duas receitas inicialmente não planejadas: i) transferência do Poder Executivo relativa ao pagamento de dívidas ativas não tributárias vinculadas ao Poder Judiciário (beneficiário) e ii) leilão de veículos e bens móveis antigos do Poder Judiciário.

No decorrer do exercício foi realizada 1 (uma) suplementação à unidade FUNEPJ, no valor de R\$ 40.000.000,00, via recursos de superávit financeiro de exercícios pretéritos (fonte 0671), visando compensar a expressiva diminuição da arrecadação originária (0271).

A execução da despesa ocorreu nos seguintes montantes e percentuais:

### 3.2.2. DESPESA

#### POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO FINAL (A)	VALOR EMPENHADO (B)	% (B/A)
Outras Despesas Correntes	R\$ 141.196.022,00	R\$ 101.914.744,57	72,18%
Despesas de Capital	R\$ 17.751.978,00	R\$ 7.390.191,55	41,63%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 158.948.000,00</b>	<b>R\$ 109.304.936,12</b>	<b>68,77%</b>

#### POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

PLANO ORÇAMENTÁRIO	AUTORIZADO FINAL	VALOR EMPENHADO	%
Comunicação	R\$ 229.000,00	R\$ 90.000,00	39,30%
Deslocamento Magistrados	R\$ 732.988,08	R\$ 353.901,32	48,28%



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Deslocamento Servidores	R\$ 387.652,16	R\$ 197.690,73	51,00%
Deslocamento Policiais à Disposição	R\$ 4.704,00	R\$ 4.704,00	100%
Engenharia – gestão predial e manutenção de equipamentos	R\$ 10.463.223,40	R\$ 7.821.754,42	74,75%
Engenharia – projeto, aquisição, construção e reforma de imóveis	R\$ 9.250.744,40	R\$ 2.410.503,25	95,95%
Engenharia – locação de imóveis	R\$ 10.325.807,47	R\$ 9.907.489,04	95,95%
Eventos Institucionais	R\$ 2.485,00	R\$ 485,00	19,52%
Financeiro –apoio as atividades administrativas	R\$ 827.358,08	R\$ 360.439,92	43,57%
Gestão de Pessoas	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Gestão Documental	R\$ 746.522,78	R\$ 600.166,70	80,39%
Infraestrutura – aquisição de material de consumo	R\$ 3.842.967,73	R\$ 3.408.488,50	88,69%
Infraestrutura – aquisição e manutenção de bens permanentes	R\$ 2.105.986,51	R\$ 1.436.199,98	68,20%
Infraestrutura – serviços prestados por terceiros	R\$ 64.544.203,95	R\$ 43.976.463,62	68,13%
Infraestrutura – tributos e multas	R\$ 5.000,00	R\$ 416,63	8,33%
Juizados Cíveis e Criminais	R\$ 993.499,92	R\$ 993.499,92	100%
Segurança Institucional	R\$ 37.566.558,66	R\$ 24.547.480,85	65,34%
Tecnologia da Informação – manutenção e aquisição de software, equipamentos e serviços de TI	R\$ 10.118.218,24	R\$ 9.222.303,71	91,15%
Tecnologia da Informação – soluções em TI	R\$ 6.574.861,62	R\$ 3.956.450,73	60,18%
Secretaria Geral – Apoio às Atividades Administrativas	R\$ 144.347,00	R\$ 16.497,80	11,43%
Não Definido	R\$ 73.871,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 158.948.000,00</b>	<b>R\$ 109.304.936,12</b>	<b>68,77%</b>

Notas:

- i) No plano orçamentário “Deslocamento de Magistrados” estão incluídas diárias, inclusive jurisdição estendida e passagens.
- ii) No plano orçamentário “Deslocamento de Servidores” estão incluídas diárias e passagens.
- iii) No plano orçamentário “Deslocamento de Policiais à Disposição” estão incluídas diárias.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

- iv) O plano orçamentário “Juizados Cíveis e Criminais” refere-se ao pagamento de juizes leigos, subsidiado pelo FUNEPJ até o mês de Junho/2020, sendo após transferido à responsabilidade da unidade TJ.
- v) No plano orçamentário “Não Definido”, de execução (empenho) 0,00%, ficaram disponíveis, sem utilização, os saldos não utilizados do decreto de suplementação.

Do total empenhado (**R\$ 109.304.936,12**), foram inscritos em **restos a pagar** ao final do exercício (despesa dependente, portanto, de real realização no decorrer do ano de 2021), **R\$ 18.115.490,37**, em maioria vinculados a rubricas de custeio de diversas contratações.

**RESTOS A PAGAR - POR CATEGORIA DE DESPESA**

<b>CATEGORIA DE DESPESA</b>	<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>	<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>TOTAL</b>
Outras Despesas Correntes	R\$ 530.529,84	R\$ 15.644.591,09	R\$ 16.175.120,93
Despesas de Capital	R\$ 18.454,16	R\$ 1.921.915,28	R\$ 1.940.369,44
<b>Total</b>	<b>R\$ 548.984,00</b>	<b>R\$ 17.566.506,37</b>	<b>R\$ 18.115.490,37</b>
<b>% Total Empenhado</b>	<b>0,50%</b>	<b>16,07%</b>	<b>16,57%</b>

**RESTOS A PAGAR - POR PLANO ORÇAMENTÁRIO**

<b>PLANO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>	<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>% SOBRE TOTAL EMPENHADO</b>
Comunicação	R\$ 0,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	8,33%
Deslocamento Magistrados	R\$ 818,95	R\$ 163.702,11	R\$ 164.521,06	46,49%
Deslocamento Servidores	R\$ 0,00	R\$ 114.016,16	R\$ 114.016,16	57,67%
Deslocamento Policiais à Disposição	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Engenharia – gestão predial e manutenção de equipamentos	R\$ 324.088,80	R\$ 2.406.804,93	R\$ 2.730.893,73	34,91%



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Engenharia – projeto, aquisição, construção e reforma de imóveis	R\$ 0,00	R\$ 794.751,58	R\$ 794.751,58	32,97%
Engenharia – Locação de Imóveis	R\$ 0,00	R\$ 704.044,77	R\$ 704.044,77	7,11%
Eventos Institucionais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Financeiro –apoio as atividades administrativas	R\$ 0,00	R\$ 89.719,55	R\$ 89.719,55	24,89%
Gestão de Pessoas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Gestão Documental	R\$ 33,00	R\$ 52.777,20	R\$ 52.810,20	8,80%
Infraestrutura – aquisição de material de consumo	R\$ 19.374,72	R\$ 433.707,22	R\$ 453.081,94	13,29%
Infraestrutura – aquisição e manutenção de bens permanentes	R\$ 18.364,16	R\$ 24.167,60	R\$ 42.531,76	2,96%
Infraestrutura – serviços prestados por terceiros	R\$ 0,00	R\$ 6.996.214,78	R\$ 6.996.214,78	15,91%
Infraestrutura – tributos e multas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Juizados Cíveis e Criminais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Segurança Institucional	R\$ 104.332,16	R\$ 2.249.363,37	R\$ 2.353.695,53	9,59%
Tecnologia da Informação – manutenção e aquisição de software, equipamentos e serviços de TI	R\$ 81.972,21	R\$ 2.578.842,56	R\$ 2.660.814,77	28,85%
Tecnologia da Informação – soluções em tecnologia da informação	R\$ 0,00	R\$ 949.733,54	R\$ 949.733,54	24,00%



Secretaria Geral – Apoio às Atividades Administrativas	R\$ 0,00	R\$ 1.161,00	R\$ 1.161,00	7,04%
Não Definido	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 548.984,00</b>	<b>R\$ 17.566.506,37</b>	<b>R\$ 18.115.490,37</b>	<b>16,57%</b>

#### **4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

O Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo foi elaborado sob a orientação do Conselho Nacional de Justiça e está alinhado a Estratégia Nacional do Poder Judiciário. O ano de 2020 encerrou um ciclo do Planejamento Estratégico iniciado no ano de 2015, sob a égide da Resolução CNJ nº 198/2014. O Planejamento estratégico do TJES foi aprovado/revisado pela Resolução TJES nº 12/2019.

As atividades relacionadas com o Planejamento Estratégico no ano de 2020 foram desenvolvidas, mesmo diante de um cenário adverso haja vista as dificuldades advindas com a Pandemia instalada pelo novo Coronavírus. A realização de atividades por meio do trabalho remoto permitiu o acompanhamento das iniciativas estratégicas elencadas naquele documento.

Foi realizada uma Reunião de Avaliação da Estratégia no dia 24 de agosto de 2020, oportunidade em que foram tratados os seguintes pontos de pauta: 1 – Acompanhamento do Planejamento Estratégico (2015 – 2020), 2 – Diretrizes para a Elaboração do Planejamento Estratégico 2021 – 2026 e 3 – Dados Estatísticos.

#### DOS RESULTADOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – 2015 -2020

A seguir estão elencadas as iniciativas estratégicas desenvolvidas e relacionadas com cada Macrodesafio estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça de forma a demonstrar o alinhamento necessário entre ambos, bem como a realização até o ano de 2020.

As informações aqui prestadas correspondem às mesmas enviadas ao Conselho Nacional de Justiça que nos solicita anualmente o envio das Iniciativas Estratégicas consideradas mais relevantes dentro de cada Macrodesafio identificado.

Registra-se que ainda não foi possível a aquisição do sistema de acompanhamento do Planejamento Estratégico, o que muito prejudica o seu efetivo monitoramento.

#### **Macrodesafio 1: Garantia dos Direitos de Cidadania**

Objetivo estratégico: Aperfeiçoar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Iniciativa estratégica: Implantação da Central de Depoimento Especial

Resultados:

2016	2017	2018	2019	2020
Realização de 04 audiências.	Criação de uma sala especial equipada. Realização de 21 audiências com uma média de atendimentos/depoimentos de 03 (três) crianças/adolescentes por audiência.	Sem medição	Realização de 44 audiências	Realização de 45 audiências

Iniciativa estratégica: Projeto Meu Pai é Legal

Resultados:

2016	2017	2018	2019	2020
Sem medição	517 solicitações de reconhecimento de paternidade, sendo deferidas 503 espontâneas e 14 mediante ações judiciais.	101 reconhecimentos voluntários de paternidade	83 reconhecimentos voluntários de paternidade	24 reconhecimentos voluntários de paternidade

Iniciativa estratégica: Expandir a atuação da Central de Justiça Restaurativa

Resultados:

2018	2019
<p>1. Assinatura de Protocolo de Cooperação Interinstitucional com o Governo do Estado do Espírito Santo, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público e a Defensoria Pública, a fim de instituir e implantar no sistema socioeducativo as Justiça Restaurativa, Práticas Restaurativas e Mediação.</p> <p>2. Acordos de Cooperação firmados, com a Prefeitura de Vila Velha, a Polícia Militar do Estado, a Prefeitura de Mimoso do Sul, a Prefeitura de Guarapari e ainda com o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo – IASES, no intuito de instituir as Mediação Escolar, Mediação Comunitária, Comunicação Não-Violenta e Círculos de Construção de Paz como ferramentas a serem utilizadas nas Instituições signatárias.</p>	<p>1. Publicação do Ato Normativo Conjunto nº 007/2019 que instalou o 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Poder Judiciário deste Estado, denominado CEJUSC Justiça Restaurativa.</p>



2020
<ul style="list-style-type: none"><li>- Foram realizados 98 círculos virtuais diretos (ofertados pelo Programa Reconstruir o Viver) e indiretos (pelas instituições parceiras);</li><li>- Um (01) encontro virtual de facilitadores de círculos;</li><li>- Cinco (05) reuniões de alinhamento e planejamento;</li><li>- Uma (01) Formação em Comunicação Não Violenta para Polícia Militar de Goiás,</li><li>- Curso de Comunicação Não Violenta para o Ministério Público;</li><li>- Curso de Fundamentos de Comunicação Não Violenta e Reconhecimento e Cura do Trauma;</li><li>- Um (01) Webinar sobre círculos Conflitivos para facilitadores de Justiça Restaurativa;</li><li>- Um (01) Círculo online de resolução de conflito na 2ª Vara da Infância e Juventude de Vila Velha/ES;</li><li>- Três (03) reuniões online de planejamento e estratégia e 2 círculos online com os internos, com a participação de 3 internos em cada círculo.</li><li>- Dois (02) círculos online com os internos da Unidade Prisional de Linhares, com a participação de 3 internos em cada círculo;</li><li>- Realizado o 1º Seminário Internacional de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo em 20 de novembro de 2020</li><li>- Realizado o I Encontro Remoto de Facilitadores de Justiça Restaurativa;</li></ul>

**Macrodesafio 2: Combate a Corrupção e a improbidade Administrativa**

Objetivo estratégico: Combater a corrupção e a improbidade administrativa

Iniciativa Estratégica: Executar as ações de monitoramento e de avaliação de controles Internos previstos no Plano Anual de Auditoria

Ação: Elaboração e envio as unidades competentes, de Alertas à Gestão, objetivando informar sobre as mudanças na legislação/regulamentação aplicável ao PJES, como também das boas práticas de gestão pública.

Resultados:

2018	2019	2020
1. Serviço de Alerta 24 Alertas emitidos	1. Serviço de Alerta 34 Alertas emitidos	1. Serviço de Alerta: 43 alertas emitidos
2. Auditorias 04 Auditorias realizadas	2. Auditorias 04 Auditorias realizadas	2. Auditorias: 05 auditorias realizadas

Iniciativa Estratégica: Atualizar o Portal da Transparência do TJES de acordo com os novos parâmetros fixados pelo CNJ

Resultados:

2018	2019	2020
% de Itens de informação atendidos: 59,21%	% de Itens de informação atendidos: 62,50%	% de Itens de informação atendidos: 82,14%



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

ANO	TOTAL DE PONTOS A SEREM CONCEDIDOS PELO CNJ	PONTUAÇÃO RECEBIDA	% DE CUMPRIMENTO PJES
2018	152	90	59,21%
2019	136	85	62,50%
<b>2020</b>	<b>224</b>	<b>184</b>	<b>82,14%</b>

**Macrodesafio 3: Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional**

Objetivo estratégico: Dispor de infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais

Iniciativa Estratégica: Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário

Resultados(\*):

2016	2017	2018	2019	2020
Sem medição	Sem medição	54 de 90 (60%)	75 de 90 (83%)	79 de 90 (88%) Considerando as limitações impostas pela pandemia, o prazo para conclusão da iniciativa foi transferido para 2021.

\*Considera-se que uma unidade judiciária pertence ao sistema integrado de segurança eletrônica do PJES quando a mesma possui sistema de monitoramento eletrônico por câmeras e/ou por alarmes.  
 Meta para 2020: 100%.

Objetivo estratégico: Desenvolver a tramitação dos processos judiciais com efetividade

Iniciativa Estratégica: Implantação do Processo Judicial Eletrônico

Resultados:

2016	2017	2018	2019	2020
Implantação nas competências "Execução Fiscal Estadual" e "Execução Fiscal Municipal" em 27 unidades judiciárias.	- Implantação nas competências "Execução Fiscal Estadual" e "Execução Fiscal Municipal" em 17 unidades judiciárias. - Implantação na competência "Juizado Especial Cível" em 19 unidades judiciárias. - Implantação nas competências "Execução Fiscal Estadual" e	- Expansão para a competência "Juizado Especial Cível" em 23 unidades judiciárias. - Implantação na competência "Recuperação Judicial e Falência" em 1 unidade judiciária. - Implantação nas (3)	- Migração para a versão 2.1 - Implantação do "Agravado de Instrumento Cível" no Tribunal de Justiça (4 Câmaras Cíveis).	Implantação na competência "Juizado Especial Cível" em 22 unidades judiciárias. - Expansão para demais competências Cíveis "Cível, Falência e Recuperação Judicial, Registro Público, Meio Ambiente, Família, Fazenda Pública



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

	"Execução Fiscal e Municipal" e "Juizado Especial Cível" em 29 unidades judiciárias. - Implantação em 2 Turmas Recursais do Juizado Especial Cível.	demais Turmas Recursais do Juizado Especial Cível.		Municipal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Federal (Competência Delegada), Juizado Especial da Fazenda Pública, Órfãos e Sucessões, Infância e Juventude – Seção Cível e Acidentes do Trabalho" em 55 unidades judiciárias. - Expansão para "Apelação Cível, a Remessa Necessária e os Incidentes de Impedimento e Suspeição" no Tribunal de Justiça (4 Câmaras Cíveis).
--	--	--	--	---

\* Implantação - PJe previamente inexistente na unidade judiciária.

\* Expansão - PJe previamente existente na unidade judiciária, em outra competência

Iniciativa Estratégica: Aprimorar a realização de mutirões para acelerar a produção e produtividade de Unidades Judiciárias.

Resultados:

2019
Instituição por meio do Ato Normativo nº 084/2019 da Força Tarefa, a ser exercida de forma contínua, para fins da Resolução CNJ nº 219/2016. Produção de 1758 minutas de despachos decisões e sentenças, assim distribuídas: 562 processos da 4ª Vara Cível de Vitória 336 processos da Vara Única de Presidente Kennedy 246 processos da 1ª Vara de Pancas 360 processos da 8ª Vara Cível de Vitória 121 processos da 1ª Vara Cível de Colatina 133 processos da 4ª Vara Cível de Vila Velha
2020
Produção de 5055 minutas de despachos decisões e sentenças, assim distribuídas: 196 processos da 11ª Vara Cível de Vitória 799 processos da 1ª Vara Cível de Colatina 159 processos da 1ª Vara Cível de Vila Velha



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

186 processos da 1ª Vara Cível de Vitória
180 processos da Vara de Afonso Claudio
007 processos da 2ª Vara de Fazenda de Cachoeiro de Itapemirim
148 processos da 2ª Vara Cível de Serra
148 processos da 2ª Vara Cível de Guarapari
370 processos da 2ª Vara Cível de Vila Velha
146 processos da 2ª Vara Cível de Vitória
340 processos da 2ª Vara Cível O.S de Cariacica
390 processos da 3ª Vara Cível de Vila Velha
175 processos da 3ª Vara Cível O.S de Cariacica
489 processos da 4ª Vara Cível de Vila Velha
020 processos da 5ª Vara Cível de Vila Velha
322 processos da 5ª Vara Cível de Vitória
006 processos da 6ª Vara Cível de Vila Velha
436 processos da 6ª Vara Cível de Vila Velha
378 processos da 6ª Vara Cível de Vitoria
006 processos da 7ª Vara Cível de Vitória
154 processos da Vara Cível da Fazenda Pública Estadual Municipal de Registros Públicos e do Meio Ambiente de Viana

Objetivo estratégico: Elevar a Produtividade do Poder Judiciário

Iniciativa Estratégica: Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade

Resultados:

2020
<u>Disponibilização do trabalho remoto:</u>
a) Implementação e disponibilização de acesso remoto seguro às estações de trabalho.
b) Viabilização do funcionamento das variadas plataformas de web conferência e comunicação (Zoom, Webex, Whatsapp, Teams, Skype).
c) Configuração de redirecionamento de ligações telefônica, para viabilizar a continuidade do atendimento por este canal.
d) Conclusão de estudos para subsidiar a expansão da capacidade da rede dados de todas as unidades do PJES.
e) Melhorias no serviço de Correio Eletrônico

**Macrodesafio 4: Adoção de Soluções Alternativas de Conflito**

Objetivo estratégico: Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos

Iniciativa Estratégica: Realizar Mutirões de Conciliação

Resultados:

2016	2017	2018	2019	2020
05*	09*	15 (quinze) eventos de conciliação realizados, tendo sido atendidas 2260 pessoas.	11 (onze) eventos de conciliação realizados, tendo sido atendidas 1.877 pessoas	06 (seis) mutirões/pautas concentradas com temas diversos (on-line e presenciais)

(\*) Anos de 2016 e 2017



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Audiências de Conciliação realizadas pré-processuais	0	477	A tendência desta prática é diminuir e ser substituída por pautas periódicas com empresas das mais diversas áreas de atuação, pois o objetivo é trabalhar de forma a não haver mais demanda represada nas Varas.
Audiências de Conciliação realizadas processuais	302	1135	
Número de acordos	0	1416	
Número de Pessoas atendidas	340	2241	

Iniciativa Estratégica: Apoiar mecanismos externos de solução de conflitos, contribuindo para a redução da judicialização.

Resultados:

2018	2019	2020
<p>1. Realização de 05 (cinco) Oficinas de Divórcio e Parentalidade, onde genitores e seus filhos tem acesso a vídeos e diálogos pacificadores e normalizadores sobre o divórcio ocorrido.</p> <p>2. Realização de eventos relativos aos novos métodos de solução de conflitos existentes</p>	<p>1. Realização de 09 (nove) Oficinas de Divórcio e Parentalidade, onde genitores e seus filhos tem acesso a vídeos e diálogos pacificadores e normalizadores sobre o divórcio ocorrido.</p> <p>2. Realização de eventos relativos aos novos métodos de solução de conflitos existentes.</p> <p>3. Realização de eventos com o objetivo de sensibilizar todos os atores envolvidos nas mediações, bem como, os estudantes de direito e membros de equipes multidisciplinares, visando a disseminação da cultura da paz.</p>	<p>Paralelo à expansão dos projetos de oficina e Parentalidade nos CEJUSCs, foi implantado* o Projeto de Atenção à Família, que utiliza durante suas fases, ferramentas como a mediação, oficina de pais e filhos, roda de conversa e constelação familiar.</p> <p>(*) Projeto piloto em um CEJUSC.</p>

Iniciativa Estratégica: Desenvolver Programa de Capacitação continuada para formação de instrutores, mediadores, conciliadores e facilitadores.

Resultados:

2018	2019	2020
<p>1. O NUPEMEC passa a contar com o total de 06 (seis) Instrutores de mediação e conciliação Judicial formados pelo CNJ.</p>	<p>1. Reconhecimento da EMES, em conjunto com o NUPEMEC, como instituição formadora do Curso de formação de mediadores e conciliadores, por prazo indeterminado, através da Portaria do Supremo Tribunal de Justiça nº 7 de 7 de agosto de 2019.</p>	<p>Em parceria com a ESMAGES, foi oferecido para todos os mediadores cadastrados e magistrados, curso de especialização no tema "Recuperação Judicial".</p>



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

	<p>2. Organização de Curso de Formação de Instrutores de Mediação Judicial, com previsão de formação de 16 (dezesesseis) instrutores, aumentando significativamente a formação de mediadores judiciais. O curso será realizado em março de 2020 e com a sua realização, o NUPEMEC/TJES passará a contar com 22 (vinte e dois) Instrutores de mediação e conciliação Judicial, formados pelo CNJ.</p> <p>3. Realização do 1º Curso de Mediação e Conciliação Judicial em EAD, promovido pelo CNJ, período de 08/11/19 a 15/12/19, parte teórica. A etapa prática foi realizada, vinculada a este TJES.</p> <p>4. Publicação do Ato Normativo Conjunto 003/2019, publicado no DJe em 14/02/2019, que designa uma das Coordenadorias Administrativas da EMES, com dedicação exclusiva, para acompanhar a realização dos cursos de capacitação e treinamento, oferecidos pelo Poder Judiciário do Espírito Santo, pertinentes à Política de Tratamento Adequado de Resolução de Conflitos (Conciliação, Mediação, Justiça Restaurativa, etc.</p>	
--	--	--

**Macrodesafio 5: Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes**

Objetivo estratégico: Gerenciar as demandas repetitivas de grandes litigantes

Iniciativa Estratégica: Incentivar a gestão de Audiências com Pautas temáticas\*

Resultados:

2016	2017	2018	2019	2020
03 Mutirões realizados 09 audiências de Conciliação pré-processuais 543 Audiências de Conciliação processuais	Sem medição	15 (quinze) eventos de conciliação realizados, tendo sido atendidas 2260 pessoas.	11 (onze) eventos de conciliação realizados tendo sido atendidas 1.877 pessoas	Sem medição



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

308 acordos				
Número de Pessoas atendidas	586			

\*A tendência desta prática é diminuir e ser substituída por pautas periódicas com empresas das mais diversas áreas de atuação, pois o objetivo é trabalhar de forma a não haver mais demanda represada nas Varas.

**Macrodesafio 6: Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas**

Objetivo estratégico: Impulsionar as execuções fiscais, cíveis e trabalhistas.

Iniciativa Estratégica: Firmar acordos de Cooperação com as Procuradorias de Fazenda, Juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis e de protesto de títulos.

Resultados:

2019	2020
Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica, realizado entre a Prefeitura Municipal de Vitória, o Banco do Estado do Espírito Santo e o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo para a promoção de atividades relacionadas com a implantação do Sistema de Mediação Digital das Execuções Fiscais.	Sem medição

Iniciativa Estratégica: Mutirão de ações de execução fiscal

Resultados:

2019	2020
Mutirão De Execução Fiscal do Município de Serra, realizado entre os dias 30/09 a 04/10/2019. Valor recuperado em acordos: R\$ 4.748.062,63 (quatro milhões, setecentos e quarenta e oito mil, sessenta e dois reais e sessenta e três centavos). Extinção de 700 processos de execução fiscal	Sem medição

**Macrodesafio 7: Aprimoramento da gestão da justiça criminal**

Objetivo estratégico: Aprimorar a Gestão da Justiça Criminal

Iniciativa Estratégica: Cidadania nos Presídios

Resultados:

2016	2017	2018
51.879 guias de execução analisadas, referente a 26.823 feitos. Deste total geraram 10.340 benefícios aos apenados, sendo: 906 - comutação	10.069 guias de execução analisadas, referente a 5.215 feitos. Deste total geraram 7.576 benefícios aos apenados, sendo: 160 - comutação de penas; 714 - Livramento Condicional; 3.094 - Progressão para o regime aberto; 1.211 - Extinção da Punibilidade	O projeto Cidadania nos Presídios foi descontinuado pelo CNJ. Em novembro de 2018 o Tribunal de Justiça do Espírito Santo aderiu ao programa Justiça Presente. Foi iniciada a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU nas varas privativas de execução penal.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

de penas; 527 - Livramento Condicional; 2.955 - Progressão para o regime aberto; 3.061 - Extinção da Punibilidade por indulto; 1.285 - Extinção da Punibilidade por cumprimento da pena; 1.606 - Extinção da Punibilidade por prescrição.	por indulto; 1.140 - Extinção da Punibilidade por cumprimento da pena; 1.227 - Extinção da Punibilidade por prescrição.	
--	---	--

Iniciativa Estratégica: Audiência de Custódia  
Resultados:

2016	2017	2018	2019	2020
Audiências de custódia realizadas: 5083 Casos que resultaram em liberdade: 2824 Casos que resultaram em prisão preventiva: 3432 Casos em que houve encaminhamento para acompanhamento pelo Serviço Social integrado ao Projeto: 2708	Audiências de custódia realizadas: 4519 Casos que resultaram em liberdade: 2555 Casos que resultaram em prisão preventiva: 3058 Casos em que houve encaminhamento para acompanhamento pelo Serviço Social integrado ao Projeto: 3464	Audiências de custódia realizadas: 7.095 Total de presos apresentados em audiência de Custódia: 8.155 Casos que resultaram em liberdade: 3.548 (43,50%) Casos que resultaram em prisão preventiva: 4.559 (55,90%) Casos que resultaram em relaxamento de prisão: 48 (0,58%) Casos em que houve alegação de violência no ato da prisão: 278 (3,40%) Casos em que houve encaminhamento para acompanhamento pelo Serviço Psicossocial do Projeto (os atendimentos são	Audiências de custódia realizadas: 7.034 Total de presos apresentados em audiência de Custódia: 8.043 Casos que resultaram em liberdade: 3.582 (44,53%) Casos que resultaram em prisão preventiva: 4.395 (54,64%) Casos que resultaram em relaxamento de prisão: 66 (0,82%) Casos em que houve alegação de violência no ato da prisão: 289 (3,59%) Casos em que houve encaminhamento para acompanhamento pelo Serviço	Audiências de custódia realizadas: 5.502 Total de presos apresentados em audiência de Custódia: 6.782 Casos que resultaram em liberdade: 3.236 (47,71%) Casos que resultaram em prisão preventiva: 3.465 (51,09%) Casos em que houve relaxamento de prisão: 81 (1,19%) Casos em que houve encaminhamento para acompanhamento pelo Serviço Psicossocial do Projeto (os atendimentos são feitos no mesmo local de realização das audiências de custódia):



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

		feitos no mesmo local de realização das audiências de custódia): 3.548 (43,50%)	Psicossocial do Projeto (os atendimentos são feitos no mesmo local de realização das audiências de custódia): 3.582 (44,53%)	47,71%. Casos em que houve encaminhamento para acompanhamento pelo Serviço Psicossocial do Projeto (os atendimentos são feitos no mesmo local de realização das audiências de custódia): 19.624 (44,97%)
--	--	---	--	--

Iniciativa Estratégica: Implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU

Resultados:

2020
53.495 (cinquenta e três mil quatrocentos e noventa e cinco) processos foram digitalizados e implantados no Sistema SEEU desde dezembro de 2018

**Macrodesafio 9: Melhoria da Gestão de Pessoas**

Objetivo estratégico: Consolidar a Política de Valorização de Magistrados e Servidores

Iniciativa Estratégica: Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.

Resultados:

2018
<p><u>Setembro Amarelo</u> Campanha de sensibilização quanto à prevenção do suicídio, mediante a distribuição de cartilhas sobre o tema, palestras nas Comarcas da Grande Vitória e Sede do Tribunal de Justiça. Distribuição de 1.100 cartilhas</p> <p><u>Feira de Saúde</u> Campanha preventiva, educativa e social, que ofereceu aos trabalhadores do Poder Judiciário um momento de reflexão, autocuidado e compromisso, com foco na melhoria das condições de saúde. Participação de 114 pessoas entre servidores, estagiários, magistrados e funcionários terceirizados.</p> <p><u>Ginástica Laboral</u> Parceria com o Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Católico de Vitória (UCV) para o desenvolvimento do Projeto <u>Ginástica Laboral no TJES</u>, que foi executado na modalidade de estágio supervisionado. Período: março à junho. Encontros: 13. Setores atendidos: 9. Participantes: 437 pessoas - média de 33 participantes/dia.</p> <p><u>Preparação para Aposentadoria</u> 8º Grupo de Preparação para Aposentadoria Local: Salão Nobre/TJES. Datas: 14, 21, 27, 28 de setembro e 05 de outubro de 2018. Participação de 29 servidores. Atendimentos individuais realizados: 124</p>



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

2019
<p>Feira de Saúde</p> <p>Campanha preventiva, educativa e social que disponibilizou, aos trabalhadores do Poder Judiciário, a realização de teste de glicemia capilar, aferição de pressão arterial, verificação de peso/altura e circunferência abdominal, bem como a apresentação de produtos e serviços nas áreas de bem-estar.</p> <p>Participação de 111 pessoas, entre servidores, estagiários, magistrados e funcionários terceirizados.</p> <p><u>Roda de Conversa</u></p> <p>Disponibilização de espaços de diálogo nos quais os servidores podem trocar experiências, informações e refletir acerca de temas relevantes que afetam suas condições de vida e de trabalho.</p> <p>Cada Roda de Conversa contou com uma média de 8,4 participantes por evento sendo que são disponibilizadas 15 vagas.</p> <p>Temas da Roda</p> <p>Como produzir saúde no trabalho? 31/05/2019</p> <p>Trabalho oposto de prazer... será? 28/06/2019</p> <p>Como a tecnologia influencia nossas relações? 26/07/2019</p> <p>Como lidar com as relações de hierarquia? 23/08/2019</p> <p>Um olhar para si mesmo. Você já se olhou no espelho hoje? 27/09/2019</p> <p>Saúde é ausência de doença? Resignificar, superar e seguir: 31/10/2019.</p> <p>O trabalho afeta o estilo de vida ou o estilo de vida afeta o trabalho? 29/11/2019</p> <p>Como vai seu tempo? Trabalho versus Família 13/12/2019</p>

2020
<p>Monitoramento dos afastamentos laborais para tratamento da própria saúde e acompanhamento familiar;</p> <p>Acompanhamento dos trabalhadores afastados para tratamento da própria saúde e acompanhamento familiar;</p> <p>Notificação dos trabalhadores próximos à aposentadoria por invalidez;</p> <p>Relatório anual com os dados do perfil epidemiológico de adoecimento dos trabalhadores do PJES;</p> <p>Elaboração e publicação de matérias informativas e educativas contendo orientações, reflexões e atualizações sobre a COVID-19</p> <p>Elaboração de especificações técnicas a serem utilizadas nos processos de aquisição de materiais como álcool, máscaras, termômetros e protetores faciais realizados pela Secretaria de Infraestrutura, colaborando ainda com a conferência e ateste do material recebido.</p>

**Iniciativa Estratégica: Implantar Programa de Desligamento Voluntário\***

Esta iniciativa teve como objetivo Incentivar a aposentadoria de magistrados e servidores efetivos ou estáveis do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, mediante a edição da Lei 10.551/2016 que estabeleceu a implementação do PAI por etapas, de acordo com a conveniência e a oportunidade do Poder Judiciário, conforme critérios e condições a serem definidos em regulamento, até o ano de 2019.

Não estava associada a nenhum Objetivo Estratégico porque foi realizada antes da Revisão do Plano Estratégico.

Resultados:

2016	2017
<p><u>Primeira etapa:</u></p> <p>Adesão de 111 (cento e onze) servidores, dos quais 82 (oitenta e dois) pedidos foram</p>	<p><u>Segunda etapa:</u></p> <p>Adesão de 73 (setenta e três) servidores, dos quais 45 (quarenta e cinco) pedidos foram</p>



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

deferidos, 26 (vinte e seis) pedidos foram indeferidos, tendo 64 (sessenta e quatro) servidores sido afastados efetivamente para aposentadoria.	deferidos, 26 (vinte e seis) pedidos foram indeferidos, tendo 25 (vinte e cinco) servidores sido afastados efetivamente para aposentadoria.
---	---

**Macrodesafio 10: Aperfeiçoamento da Gestão de Custos**

Objetivo estratégico: Implantar a Gestão de Custos

Iniciativa Estratégica: Gerenciar os recursos de infraestrutura de forma a maximizar a sua utilização

Resultados:

2016	2017	2018	2019	2020
<p>Dentre os resultados previstos nesta iniciativa está a implantação da Central de Agendamento de Veículos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.</p> <p>Com a criação da Central de Agendamento de Veículos, exceto as Comarcas da Grande Vitória (já que estas possuem elevada demanda para veículos), todas as outras passaram a ser somente base dos veículos, funcionando como local de guarda e o uso deles condicionado a solicitação à Seção de Transporte - Central de Agendamento. Ou seja, as Comarcas deixaram de ter autonomia, e os veículos passaram a formalmente pertencer ao Tribunal de Justiça - Sede (não mais a determinado Fórum ou Vara) e ter seu uso compartilhado com outras Comarcas.</p> <p>Com isso houve uma redução no contrato de locação de veículos (113 para 84 veículos) e no de gestão de mão de obra de motoristas (149 para 119 postos de trabalho) e, mesmo assim, ampliação da capacidade de atendimento.</p>	Sem medição	Sem medição	Sem medição	Sem medição

**Macrodesafio 11: Instituição da governança judiciária**

Objetivo estratégico: Implantar a cultura de responsabilidade social: sustentabilidade, acessibilidade e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Iniciativa Estratégica: Instituir Política de Responsabilidade Social do PJES

Resultados:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

2019	2020
Nomeação dos membros da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do PJES	Atividades da Comissão Treinamento de gestores Diagnóstico de Acessibilidade do TJES Reuniões da Comissão de Acessibilidade e Inclusão PJES Para manter em funcionamento a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, nos termos dos artigos 10 e 11 da Resolução CNJ no 230, de 22 de junho de 2016, foram realizadas reuniões presenciais, no Gabinete do Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, e virtuais, pela plataforma Zoom: 27/02/2020, 24/06/2020, 1º/07/2020, 15/07/2020, 05/08/2020, 26/08/2020, 11/09/2020, 18/12/2020. As atas das reuniões estão sendo registradas no SEI!. Roda de conversa Palestra Equidade de Gênero Participação em evento nacional – Reconnecta

**Macrodesafio 12: Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC**

Objetivo estratégico: Instituir a Governança de TIC

Iniciativa Estratégica: 02

2016	2017	2018	2019	2020
Sem medição	<u>1.Implantação do Service Desk</u> 38.669 (trinta e oito mil e seiscentos e sessenta e nove) chamados na Central de Serviços do PJES, pesquisa de satisfação do usuário apontou para um percentual de 91,99% de contentamento, com os serviços de TI prestados.	Sem medição	Sem medição	Revisão do Catálogo de Serviços e Início do processo de Contratação de novo Service Desk

Para o ano de 2021, estima-se a instalação das discussões relacionadas com o novo ciclo do Planejamento Estratégico 2021-2026, mediante a edição pelo Conselho Nacional de Justiça da Resolução CNJ nº 325 de 29 de junho de 2020, cuja entrada em vigor deverá ser até o dia 30 de junho de 2021.

**5. REVISÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS ENCAMINHADOS AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

No exercício da coordenação do Núcleo de Processamento de Estatística, estabelecida pelo Ato Normativo 134/2016, a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica realiza atividades relacionadas com a revisão dos dados encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça e referentes ao primeiro e segundo grau de jurisdição.

Com a instituição, pelo Conselho Nacional de Justiça, do DATAJUD vem sendo adotadas providências conjuntas para atualização sistemática das Tabelas Processuais Unificadas – TPU, conforme editadas



pelo Conselho Nacional de Justiça, assim como a revisão dos dados constantes no Módulo de Produtividade Mensal e no Relatório Justiça em Números.

## **6. AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2020**

### **6.1 ESCOLA DA MAGISTRATURA - EMES**

A Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (EMES) foi criada pela Resolução TJES nº 04/1985 (DJ de 22.06.85) e ratificada pela Resolução TJES nº 276/1986.

Inicialmente, a EMES funcionava em regime de convênio com a Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo (AMAGES); contudo, no momento, a Escola da Magistratura é subordinada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), conforme estabelecido na Lei nº 566/2010, que dispõe sobre a Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa da Justiça estadual.

A EMES, responsável pela capacitação e pelo aperfeiçoamento de magistrados/as e servidores/as para o exercício de suas funções no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES), está situada no 1º andar do prédio da Corregedoria Geral da Justiça do Estado Espírito Santo (CGJ-ES), na Av. João Batista Parra, nº 320, Enseada do Suá, Vitória (ES), CEP 29050- 375.

Suas ações são divulgadas eletronicamente por meio de endereço vinculado ao portal do TJES: <http://www.tjes.jus.br/emes/>

Como cada vez mais se potencializam as demandas surgidas para o Poder Judiciário, as escolas judiciais alcançam importância estratégica dentro dos tribunais de todo o Brasil, tendo em vista que são essenciais à consecução dos objetivos e metas estabelecidos com vistas à efetivação de uma prestação judicial mais célere, efetiva e cidadã.

A EMES tem atuado de forma incisiva para o cumprimento de suas atribuições institucionais: os cursos e eventos promovidos pela escola são planejados levando sempre em consideração a especificidade do trabalho desenvolvido por todo o quadro profissional de integrantes do Poder Judiciário estadual.

Portanto, a atuação da escola condiz com o que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988 (art. 39, § 2º: "A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados").

Da mesma forma, a escola também atende ao disposto na Emenda Constitucional nº 45/2004, notadamente no que se refere à oferta de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção voltados, especificamente, para magistrados/as.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Atuando tanto na 1ª Instância (comarcas) quanto na 2ª Instância (TJES), a jurisdição da EMES ocorre em todo o estado do Espírito Santo, tendo em vista que os diversos cursos e eventos promovidos pela escola atendem a magistrados/as e servidores/as de todas as unidades judiciárias do PJES, inclusive as mais remotas.

Correspondendo a seu propósito regulamentar, a escola promove ações formativas em diversas modalidades:

Cursos de Formação Inicial — Direcionados a magistrados/as e servidores/as, atendendo a ingressantes no órgão, com finalidade de propiciar o conhecimento da estrutura da Justiça estadual, das especificidades do serviço público, da conduta funcional e da integração ao ambiente institucional;

Cursos de Aperfeiçoamento e Formação Continuada — Promovem o constante aprimoramento, atualização e desenvolvimento humano e profissional de integrantes do Poder Judiciário de todo o estado, sendo ofertados a partir do Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) efetuado periodicamente ou, excepcionalmente, a partir de demandas específicas advindas dos distintos setores da Justiça estadual.

Cursos de Vitaliciamento — Têm por escopo preparar magistrados/as para se tornarem vitalícios/as na carreira.

Eventos (palestras, seminários, colóquios, workshops, etc.) — Objetivam seja discutir temas específicos seja propor reflexões amplas envolvendo o Poder Judiciário, em diálogo com assuntos prementes na sociedade atual.

Pós-Graduação Lato Sensu — Credenciada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE-ES).

É importante destacar que os cursos e eventos de formação e aperfeiçoamento direcionados a magistrados/as são realizados sempre em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM), vinculada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Já os cursos e eventos de semelhante natureza disponibilizados a servidores/as são realizados com base nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Para a viabilização de muitas das iniciativas destacadas, a EMES estabelece parcerias com outros órgãos, dentro de uma política de intercâmbio e de cooperação mútua, com exclusivo caráter didático-científico e cultural, materializando interesses comuns das instituições envolvidas.

Também vale ressaltar que a EMES tem ofertado cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), em ambiente de aprendizagem próprio; a EaD tem permitido a expansão das ações escola no tocante à formação continuada de magistrados/as e servidores/as.



Acentuadamente no ano de 2020, os recursos digitais foram responsáveis pela infraestrutura de grande parte das ações promovidas, em face da pandemia que se instalou, impossibilitando atividades formativas presenciais.

### **6.1.1 AÇÕES REALIZADAS EM 2020**

Em 2020, a EMES realizou 81 ações, totalizando 360 horas-aula ofertadas (359,5 h/a, precisamente), com 1066 participações de magistrados/as, 4379 participações de servidores/as e 284 participações de público externo — em suma, 5.729 participações efetivas em cursos e eventos ao longo do ano.

Neste período, 58 ações foram dirigidas ou tiveram vagas ofertadas para magistrados/as (192 h/a) e 79 para servidores (355 h/a); considerando as atividades abertas a público externo, há mais 14 ações, com 284 participantes e 62 h/a de formação.

Devido à ampla virtualização das ações da EMES, houve uma substancial capilarização das atividades remotas, ministradas por videoconferência, a princípio na plataforma Cisco Webex Meetings (webex.com.br), e, em maior parcela, na plataforma Zoom (zoom.us), alcançando magistrados/as e servidores de todo o estado — nas ações promovidas via Zoom, por exemplo, houve 451 participações de magistradas/os e 1942 participações de servidoras/es.

Do modo presencial, aconteceu, em 14 de fevereiro, o evento Gestão de Unidade Judiciária, com Carlos Henrique Borlido Haddad e Jeverson Luiz Quinteiro, no auditório CGJ-ES, com 3 horas de duração (presentes: 56 magistradas/os e 40 servidoras/res).

Não muito depois, a pandemia do novo coronavírus obrigou a suspensão das ações presenciais.

Dentre as atividades remotas, vale ressaltar as capacitações no Sistema Eletrônico de Execução Penal (SEEU), com 24 cursos oferecidos somente no ano em destaque, somando 140 horas-aula, destinadas a integrantes de unidades judiciárias de todo o estado (magistrados/as capacitados/as: 22; servidores/as capacitados/as: 278).

A seguir, a EMES apresenta um quadro com as ações realizadas em 2020, salientando a participações de magistrados/as e servidores/as em cada uma das atividades elencadas, que reúnem as horas ministradas de maneira presencial, como nos meses iniciais, e, após a pandemia do novo coronavírus, também de maneira remota.

<b>CURSOS/EVENTOS EMES 2020</b>							
<b>AÇÃO</b>	<b>DOCENTE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>DATA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>MAGISTRADOS/AS</b>	<b>SERVIDORES/AS</b>	<b>PARTICIPANTES VISITANTES</b>
CAPACITAÇÃO NO SEEU - SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO PENAL	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	EMES	06/02/2020	6	1	5	1
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO PENAL -	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	EMES	11/02/2020	3	0	3	0



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

SEEU (DISTRIBUIÇÃO)							
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO PENAL - SEEU (SERVIDORES DE CARTÓRIO)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	EMES	14/02/2020	8	0	2	0
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO PENAL - SEEU (MAGISTRADOS, ASSESSORES E SERVIDORES DA CONTADORIA)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	EMES	14/02/2020	3	1	2	0
SEMINÁRIO "GESTÃO DE UNIDADE JUDICIÁRIA"	CARLOS HENRIQUE BORLIDO HADDAD E JEVERSON LUIZ QUINTEIRO	AUDITÓRIO CGJ	14/02/2020	3	56	40	0
GESTÃO COM ACESSIBILIDADE	RENATA DE SOUZA SANTOS	EMES	18/02/2020	3	2	32	0
TREINAMENTO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI	FÁBIO BUAIZ DE LIMA	AUDITÓRIO CGJ	18/02/2020	6	0	78	0
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÕES UNIFICADO (SEEU)-MODALIDADE A - MAGISTRADOS/AS, ASSESSORES/AS E CONTADORES/AS	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	EMES	06/03/2020	4	1	3	3
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÕES UNIFICADO (SEEU)-MODALIDADE B - SERVIDORES/AS	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	EMES	06/03/2020	8	0	3	0
SOLENIIDADE DE ABERTURA DA 16ª SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA	LUIZA HELENA TRAJANO	TJES	09/03/2020	2	3	28	197
SOLENIIDADE DE ABERTURA DAS ATIVIDADES LETIVAS DE 2020	MINISTRO NÉFI CORDEIRO	AUDITÓRIO CGJ	13/03/2020	3	20	22	5
MEDIDAS EMERGENCIAIS PARA A PREVENÇÃO DA INSOLVÊNCIA DURANTE A PANDEMIA E IMPACTOS DA COVID-19 NA SAÚDE DAS EMPRESAS	DANIEL CARNIO COSTA	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	23/04 E 24/04/2020	4	9	33	0
SISTEMA PRISIONAL NO CONTEXTO DA COVID - 19	THIAGO COLNAGO CABRAL	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	28 E 29/04/2020	5	18	42	0
DOSIMETRIA DE PENAS	DES. GUILHERME DE SOUZA NUCCI	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	11/05/2020	3	38	51	0
10º ENCONTRO ESTADUAL DE JUIZES CRIMINAIS E DE EXECUÇÕES PENAS: OS DESAFIOS DA JURISDIÇÃO CRIMINAL E DA EXECUÇÃO PENAL NO CENÁRIO DA PANDEMIA	DES. FERNANDO ZARDINI, ANTONIO, DRA. GISELE SOUZA DE OLIVEIRA E DRA. JAQUELINE TEIXEIRA DA SILVA	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	14/05/2020	2	41	4	0
O DIREITO DAS FAMÍLIAS EM ÉPOCAS DE COVID-19 E SEUS REFLEXOS JURÍDICOS	CRISTIANO CHAVES DE FARIAS, RAFAEL CALMON RANGEL E THIAGO VARGAS SIMÕES	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	19/05/2020	3	19	48	1



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PRESIDÊNCIA

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PJE NAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS - MÓDULO SESSÃO DE JULGAMENTO (TURMA 1: SECRETARIAS DE CÂMARAS)	MÁRCIA VALÉRIA ORECHIO PIMENTEL (INSTRUTORA) E ROSÂNGELA SANTOS CARDOSO (AUXILIAR)	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	18/05 E 20/05/2020	10	0	16	0
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PJE NAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS - MÓDULO SESSÃO DE JULGAMENTO (TURMA 2: ASSESSORES DE GABINETE)	MÁRCIA VALÉRIA ORECHIO PIMENTEL (INSTRUTORA) E JEANNI WILL (AUXILIAR)	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	19/05/2020	6	0	72	0
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PJE NOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS - MÓDULO SECRETARIAS (TURMA 1: CHEFES DE SECRETARIAS, ANALISTAS JUDICIÁRIOS E ESTAGIÁRIOS)	JEANNI WILL (INSTRUTORA) E JULIANA CARRARETO FAVARATO CASOTI	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	19/05 A 21/05/2020	15	0	88	0
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS EM TEMPOS DE COVID-19	THIAGO ANDERSON ZAGATTO	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	21/05 E 22/05/2020	4	3	69	0
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PJE NOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS - MÓDULO CENTRAIS DE ABERTURA DE PROCESSOS (TURMA 3: ANALISTAS JUDICIÁRIOS E ESTAGIÁRIOS)	JULIANA CARRARETO FAVARATO CASOTI	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	22/05/2020	4	0	34	0
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PJE NOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS - MÓDULO GABINETES (TURMA 2 - JUÍZES E ASSESSORES)	DR. GUSTAVO HENRIQUE PROCÓPIO SILVA E DR. SALOMÃO AKHNATON ZOROASTRO SPENCER ELESBON	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	27/05/2020	6	16	41	0
ATUALIZAÇÃO NO SISTEMA E-JUD: MELHORIAS NO CONTROLE DE PRAZOS RELACIONADOS A PRESOS PROVISÓRIOS	JONES ROBERTO AVELINO JR.	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	29/05/2020	2	10	130	0
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA PJE - MÓDULO CONTADORIA	MÁRCIA VALÉRIA ORECHIO PIMENTEL (INSTRUTORA) E JEANNI WILL (AUXILIAR)	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	29/05/2020	4	0	3	0
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PJE NAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS - MÓDULO SESSÃO DE JULGAMENTO (TURMA 3 - TAQUIGRAFIA)	MÁRCIA VALÉRIA ORECHIO PIMENTEL (INSTRUTORA) E JEANNI WILL (AUXILIAR)	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	29/05/2020	5	0	14	0
REALIZANDO AUDIÊNCIA PELO ZOOM	GISELE SOUZA DE OLIVEIRA, ANDRÉ GUASTI MOTTA, CÁSSIO JORGE TRISTÃO GUEDES E LUCA MENEZES	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	02/06/2020	3	75	306	0
CRISE DE COOPERAÇÃO, DIREITO DAS OBRIGAÇÕES E ATIVIDADES JUDICANTES	PABLO STOLZE GAGLIANO	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	03/06/2020	3	28	44	0
REVISÃO DOS CONTRATOS DE CONSUMO E DEVER	FLÁVIO MURILO TARTUCE SILVA	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX	10/06/2020	3	28	73	0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PRESIDÊNCIA

DE RENEGOCIAR		MEETINGS					
CORONAVÍRUS E RESPONSABILIDADE CIVIL: QUESTÕES POLÊMICAS	FELIPE PEIXOTO BRAGA NETTO	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	23/06/2020	3	27	74	0
NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO CONTEXTO DA COVID-19	FREDIE SOUZA DIDIER JR.	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	25/06/2020	1,5	23	74	0
PRECEDENTES NO CONTEXTO DA COVID-19	FREDIE SOUZA DIDIER JR.	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	26/06/2020	1,5	26	76	0
PRÁTICA DE SENTENÇA PENAL*	GUILHERME DE SOUZA NUCCI	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	29/06 E 02/07/2020	4	25	94	1
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA: AS NOVIDADES IMPLEMENTADAS PELO STF E PELO STJ	CRISTIANO CHAVES DE FARIAS	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	10/07/2020	3	35	142	0
A NOVA LEI Nº14.010, DE 14 DE JUNHO DE 2020 - REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL TRANSITÓRIO DE DIREITO PRIVADO (LEI DA PANDEMIA): ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DE DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL	PABLO STOLZE GAGLIANO	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	14/07/2020	3	32	134	0
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (MAGISTRADOS, ASSESSORES, CONTADORES E USUÁRIOS EXTERNOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	14/07/2020	4	2	3	2
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	14/07 E 15/07/2020	8	0	13	0
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (MAGISTRADOS, ASSESSORES, CONTADORES E USUÁRIOS EXTERNOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	27/07/2020	4	3	5	0
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	27/07 E 28/07/2020	8	0	22	0
TUTELAS PROVISÓRIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA	MAURÍCIO FERREIRA CUNHA	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	07/08/2020	3	23	52	0
TUTELA PROVISÓRIA, APELAÇÃO E CUMPRIMENTO PROVISÓRIO: TRANSFORMANDO A EXCEÇÃO EM REGRA	CÁSSIO SCARPINELLA BUENO DEBATEDOR: VITOR BURGO	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	13/08/2020	3	33	67	0
O PROCESSO CIVIL DURANTE (E PÓS) A PANDEMIA	DES. ALEXANDRE ANTÔNIO	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX	14/08/2020	3	26	68	0



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

	FRANCO FREITAS CÂMARA DEBATEDOR: VITOR BURGO	MEETINGS					
PALESTRA "EQUIDADE DE GÊNERO"	ANNA CAROLINA VENTURINI	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	18/08/2020	1,5	4	42	0
DIREITO À PROVA E DEVERES-PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ	CASSIO SCARPINELLA BUENO DEBATEDOR: VITOR BURGO	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	20/08/2020	3	42	67	0
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (MAGISTRADOS, ASSESSORES, CONTADORES E USUÁRIOS EXTERNOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	24/08/2020	4	4	10	1
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (SERVIDORES, TRIBUNAL PLENO E ESTAGIÁRIOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	24/08 E 25/08/2020	8	0	34	1
REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO JULGAMENTO DE MÉRITO	DR. JOSE ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE DEBATEDOR: RODRIGO KLIPPEL	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	25/08/2020	3	41	85	1
WEBINÁRIO DO SISTEMA DE GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIA - 1º GRAU - TURMA 1	MÁRCIO FLÁVIO BARBOSA DE SOUZA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	26/08/2020	3	33	264	0
TREINAMENTO NO BNMP 2.0: ATUALIZAÇÕES E QUESTÕES PRÁTICAS	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	31/08/2020	4	2	100	0
NULIDADES PROCESSUAIS	DR. JOSE ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE DEBATEDOR: RODRIGO KLIPPEL	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	04/09/2020	3	24	87	0
O NOVO SISTEMA DE MEDIDAS CAUTELARES	NESTOR TÁVORA	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	09/09/2020	3	28	79	0
WEBINÁRIO DO SISTEMA DE GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIA - 1º GRAU - TURMA 2	MÁRCIO FLÁVIO BARBOSA DE SOUZA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	09/09/2020	3	9	109	0
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (MAGISTRADOS, ASSESSORES, CONTADORES E USUÁRIOS EXTERNOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	14/09/2020	4	2	8	1
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA WEBEX MEETINGS	14/09 E 15/09/2020	8	0	21	0



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

SISTEMA DE BUSCA DE ATIVOS DO PODER JUDICIÁRIO (SISBAJUD) - SUCESSOR DO BACENJUD	MARCOS VINICIUS BARROSO	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	16/09/2020	3	54	182	0
ALIMENTOS: ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS	FLAVIO MURILO TARTUCE SILVA DEBATEDOR: DR. RAFAEL CALMON RANGEL	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	23/09/2020	3	24	104	0
WEBINARIO DO SISTEMA DE GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIA - 1º GRAU - TURMA 3	MÁRCIO FLÁVIO BARBOSA DE SOUZA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	23/09/2020	3	5	72	0
TRIBUNAL DO JÚRI: GESTÃO E INOVAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA	FABRÍCIO CASTAGNA LUNARDI COLABORADOR: JOSÉ FLÁVIO D'ÁNGELO ALCURI	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	24/09 E 25/09/2020	6	7	57	0
AUDIÊNCIA PÚBLICA VITÓRIA CONTRA AS FAKE NEWS: PACTO PELA ÉTICA NO DEBATE ELEITORAL**	GISELE SOUZA DE OLIVEIRA (COORDENADORA DO EVENTO)	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM, COM TRANSMISSÃO AO VIVO PELO YOUTUBE	28/09/2020	3	0	0	12
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (MAGISTRADOS, ASSESSORES, CONTADORES E USUÁRIOS EXTERNOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	05/10/2020	4	3	13	5
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	05/10 E 06/10/2020	8	0	31	0
FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL	FERNANDO DA FONSECA GAJARDONI	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	07/10/2020	3	29	82	0
WEBINÁRIO DO SISTEMA DE GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIA - 1º GRAU - TURMA 4	MÁRCIO FLÁVIO BARBOSA DE SOUZA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	07/10/2020	3	3	37	0
SEMINÁRIO SOBRE A LEI ANTICRIME (LEI Nº 13.964/19)	MINISTRO NEFI CORDEIRO E DR. AMÉRICO BEDÉ FREIRE JR.	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	08/10/2020	3	18	84	0
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER EM TEMPOS DE ISOLAMENTO E DISTANCIAMENTO SOCIAL	ROGÉRIO SANCHES CUNHA DEBATEDORA: BRUNELLA FAUSTINI BAGLIOLI	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	15/10/2020	3	9	83	0
MULTA CRIMINAL: ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	23/10/2020	2	0	0	49
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (MAGISTRADOS, ASSESSORES, CONTADORES E USUÁRIOS EXTERNOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	26/10/2020	4	1	6	0
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (SERVIDORES E	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	26/10 E 27/10/2020	8	0	51	0



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

ESTAGIÁRIOS)							
NEGÓCIOS PROCESSUAIS E PANDEMIA	ANTÔNIO DO PASSO CABRAL, FERNANDA COSTA VOGT E TATIANA MACHADO ALVES	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	30/10/2020	3	14	45	0
INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	SOFIA ORBERG TEMER	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	04/11/2020	3	10	45	0
PROCESSO DE INTERDIÇÃO/CURATELA	ROBSON RENAULT GODINHO	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	10/11/2020	3	17	80	0
ASPECTOS PROCESSUAIS DA POSSE E PROPRIEDADE	CRISTIANO CHAVES DE FARIAS DEBATEDOR: RODRIGO CARDOSO FREITAS	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	13/11/2020	3	20	83	0
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (MAGISTRADOS, ASSESSORES, CONTADORES E USUÁRIOS EXTERNOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	16/11/2020	4	1	5	3
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	16/11 E 17/11/2020	8	0	40	0
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA	ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	18/11/2020	3	15	47	0
PRÁTICA CARTORÁRIA NO SEEU - SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO	PAULA ALMEIDA DA FONSECA	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	26/11 E 27/11/2020	8	0	8	0
DIREITO SUCESSÓRIO ATUAL	JOSE FERNANDO SIMÃO	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	26/11/2020	3	20	83	0
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (MAGISTRADOS, ASSESSORES, CONTADORES E USUÁRIOS EXTERNOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	30/11/2020	4	1	10	0
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	30/11 E 01/12/2020	8	0	40	0
ORDENADORES DE DESPESAS E GESTORES PÚBLICOS: ATRIBUIÇÕES, RESPONSABILIDADES, CONTROLE E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	IGOR VIDAL ARAÚJO	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	2, 3, 9 E 10/12/2020	14	0	31	0
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (MAGISTRADOS, ASSESSORES, CONTADORES E USUÁRIOS EXTERNOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	14/12/2020	4	2	10	1



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU (SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS)	LEANDRO SILVA OLIVEIRA	POR VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	14/12 E 15/12/2020	8	0	34	0
<b>TOTAIS</b>				359,5	1066	4379	284

## 6.2 ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social é setor vinculado diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e desenvolve uma política de comunicação conforme as diretrizes do Presidente e da Resolução nº 85/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

As atividades da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social são desenvolvidas por jornalistas profissionais que atuam na área da comunicação impressa, rádio e televisão, bem como por programador visual, fotógrafo, cinegrafista e editor de imagens.

As atribuições da unidade estão estabelecidas no artigo 22, da Resolução TJES nº 75/2011. E, o mais importante, é que a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social cumpre rigorosamente seus trabalhos, procurando sempre avançar no que há de novo na área em que atua dentro do Poder Judiciário.

### 6.2.1 AÇÕES REALIZADAS EM 2020

O ano de 2020 foi um ano atípico em razão da pandemia da Covid-19. No entanto, a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TJES continuou prestando informações relevantes à população, por meio do site do TJES, e atendendo à imprensa e o público interno do Tribunal de Justiça durante todo o ano, inclusive durante o período que durou o plantão extraordinário estabelecido pelo Ato Normativo nº 64/2020, do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa, que previu a suspensão do trabalho presencial nas unidades do Poder Judiciário Estadual, como forma de prevenção ao contágio pelo novo COVID-19. Os atendimentos foram realizados por telefone (ligações e mensagens de whatsapp) e por e-mail, no período de 20 de março de 2020 até o dia 12 de agosto, quando o Judiciário deu início à retomada das suas atividades presenciais.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Assessoria de Imprensa	<p>Em 2020, foram atendidas 806 demandas de imprensa e publicados 643 textos jornalísticos no sítio do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.</p> <p>As matérias, publicadas e encaminhadas por meio de um informe à imprensa, versam sobre decisões judiciais de Juízes e Desembargadores, ações e projetos institucionais desenvolvidos pelo Poder Judiciário Estadual, entre outros assuntos que sejam de interesse da administração.</p> <p>Os releases também são enviados para a Assessoria de Comunicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde nossos textos, com reportagens institucionais, são publicados com</p>



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

	<p>frequência.</p> <p>Essas ações dão publicidade e visibilidade às decisões, ações e projetos do Poder Judiciário Estadual.</p>
Publicidade/Editoração	<p>Criação e desenvolvimento gráfico de campanhas, identidade visual, projetos gráficos, como cartilhas, relatórios, convites, entre outros.</p> <p>Também é de responsabilidade da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social a criação e desenvolvimento gráfico da identidade visual de todas as publicações e eventos organizados e realizados pelo Poder Judiciário Estadual.</p> <p>Podemos destacar como produtos desenvolvidos pela Assessoria em 2020: elaboração e atualização constante da lista de telefones e e-mails para atendimento durante o regime de plantão extraordinário; material para as semanas da Justiça pela Paz em Casa; nova identidade da TV Justiça; infográfico para serviço de Malote, Manual para compras sustentáveis, "quiz" Maria da Penha para a Comvides (Coordenadoria das Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher); eleição do comitê gestor de magistrados e servidores, pesquisa do núcleo de sustentabilidade, adesivo para o ônibus rosa da Comvides, Cartilha da Comvides (Coordenadoria das Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher), publicação dos Ementários Trimestrais de jurisprudência da vice-presidência do TJES, campanha Sinal Vermelho da Comvides, acervo fotográfico das comarcas, material para instalação do Juízo 100% digital no TJES, material para divulgação do I Seminário Internacional da Justiça Reparativa, material para cerimônia de entrega do prêmio William Couto 2019, material para divulgação de regras de biossegurança, artes para as redes sociais: os avanços do PJES durante a pandemia (COVID-19); lançamento de nova marca do PJE (cnj), diversas datas comemorativas importantes para a justiça; divulgação das ações da Secretaria de Tecnologia da Informação, da COMVIDES e Justiça Restaurativa. Cartazes com a divulgação das ações do TJES no combate ao novo coronavírus. Manuais de utilização das plataformas de reuniões virtuais (zoom e cisco webex).</p>
Comunicação Interna	<p>Informes referentes ao Judiciário e à carreira, que são imprescindíveis para magistrados, servidores e estagiários, são enviados, por meio de um informativo eletrônico personalizado, denominado "Última Hora". Ao todo, em 2020, foram enviados 27 boletins.</p> <p>Orientações para os servidores e magistrados em regime de trabalho remoto sobre como ter acesso aos canais de atendimento da Secretaria de Gestão de Pessoas foram direcionadas a todos os integrantes da Justiça Estadual. O material foi preparado a pedido da Secretaria de Gestão de Pessoas.</p> <p>Por meio de listas de transmissão para desembargadores, juízes e servidores, que se mostraram muito eficientes, foram enviadas notas, informações técnicas, e notícias produzidas pelo setor.</p>
TV Justiça	<p>Em 2020, a TV Justiça ES produziu um total de 46 vídeos, entre eles, entrevistas, reportagens, coberturas de eventos, registros de palestras e campanhas institucionais. Um dos é a divulgação de projetos do Judiciário capixaba. Além da parceria com a TV Justiça do</p>



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

	<p>STF, por meio do qual, são enviadas imagens e entrevistas de notícias do judiciário local para serem transmitidas no Jornal da Justiça, que possui amplitude nacional.</p>
Podcast Just Talk	<p>Em 2020, a Assessoria de Comunicação iniciou a gravação de podcasts com magistrados e servidores sobre temas de relevância para a população e para o público interno do TJES, como: Medidas de prevenção ao novo coronavírus adotadas pelo TJES, Saúde Mental em tempos de isolamento social, Pensão alimentícia e tempos de pandemia, entre outros. Ao todo foram produzidos 27 episódios, que foram ao ar por meio das plataformas Spofy e Anchor.</p>
Redes Sociais	<p>A Comunicação é responsável por alimentar e gerenciar todas as páginas do Poder Judiciário Estadual nas redes sociais.</p> <p>Durante o ano de 2020 foram feitas 421 postagens no Twitter, 515 postagens no Facebook e 693 postagens no Instagram (que atualmente conta com 11.400 seguidores), dando publicidade às decisões do PJES, além de informar sobre temas de relevância institucional e social.</p>
Campanhas	<p>Atualmente, no Estado, a maioria das famílias interessadas em adotar uma criança ainda prefere crianças com menos de 6 anos de idade.</p> <p>Diante dessa realidade, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, por meio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA/ES), criou a campanha Esperando Por Você, na tentativa de mudar o futuro de crianças e adolescentes que estão há anos em instituições de acolhimento do Espírito Santo, esperando por uma família. Especificamente as crianças mais velhas, os grupos de irmãos ou aquelas que possuem alguma condição especial de saúde.</p> <p>Com o intuito de quebrar paradigmas e trazer um novo olhar, a campanha dá voz a esses meninos e meninas através de vídeos gravados pela equipe de comunicação do TJES. As imagens são sensíveis e positivas. As crianças brincam, mostram suas personalidades, revelam suas qualidades, habilidades, potencialidades e sonhos. Ou simplesmente cativam com um sorriso ou olhar.</p> <p>Em razão da pandemia da Covid-19, houve uma redução do número de vídeos produzidos pela Assessoria de Comunicação. Mas, em contrapartida, alguns puderam ser produzidos pelos próprios funcionários das instituições de acolhimento, a partir de instruções elaboradas e transmitidas pela ASCOM-TJES.</p> <p>Em 2020, 21 crianças entraram na campanha e 13 vídeos foram produzidos, alguns com grupos de irmãos.</p> <p>Desde que foram lançados, em maio de 2017, os vídeos já foram visualizados por milhares de pessoas no Youtube. A CEJA já recebeu emails e telefonemas de mais de 20 estados do Brasil e também de brasileiros residentes na Espanha, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Noruega, Tailândia, Inglaterra, Singapura, França e Japão.</p>



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

\* Todos os trabalhos realizados em 2020 e relacionados à Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TJES continuam em desenvolvimento durante o ano de 2021.

### 6.2.2 AÇÕES EM ANDAMENTO

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Check List de Acessibilidade para a Comunicação	Este projeto tem por finalidade a elaboração de um check list com os principais requisitos que devem ser atendidos para garantir a acessibilidade de publicações de matérias no site e postagens nas redes sociais.
Libras em todo o site do TJES	O projeto abrangerá todo o site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo adicionando através da extensão para o wordpress "VLibras" (onde os dados do site são inseridos) um avatar que fará a leitura dos conteúdos na língua brasileira de sinais (Libras), o que tornará os conteúdos acessíveis a pessoas surdas que usam a Libras.
Cartilha: publicando conteúdos acessíveis	Trata-se da criação de uma cartilha para orientar todos os servidores que publicam conteúdos imagéticos ou textuais no site <a href="http://www.tjes.jus.br">www.tjes.jus.br</a> a respeito das boas práticas de publicações acessíveis às pessoas com deficiência, segundo as orientações de páginas especializadas em acessibilidade e a consultoria da Comissão de Acessibilidade do PJES. A demanda se alinha à necessidade de estreitar os canais de comunicação do Poder Judiciário com os jurisdicionados e, também, servidores que sejam pessoas com deficiência e que atualmente não são contemplados com conteúdos acessíveis.

### 6.2.3 AÇÕES A SEREM REALIZADAS

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Reformulação do ambiente de Intranet do sítio do Tribunal de Justiça do Espírito Santo	A adequação do layout da rede interna do sítio do TJES está entre as ações necessárias e previstas para tornar mais fácil o acesso às informações relevantes sobre o trabalho desenvolvido pelas unidades judiciárias, secretarias, coordenadorias e assessorias, assim como, às decisões que impactam no dia a dia dos integrantes do Órgão e facilitam a comunicação interna no âmbito do Judiciário Capixaba.

## 6.3 ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

À Assessoria de Segurança Institucional (ASI) compete realizar a segurança das instalações, bem como controlar o acesso de pessoas e veículos, em todos os prédios utilizados pelo Poder Judiciário, dentre outras atribuições, conforme prevê o art. 24, da Resolução TJES nº. 075/2011.

### 6.3.1. AÇÕES REALIZADAS EM 2020

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Contratação de empresa para prestação de serviço continuado de portaria, com fornecimento de profissionais e equipamentos necessários.	Manutenção do serviço de portaria nas Unidades do PJES, tendo em vista o encerramento do contrato anterior em 24/05/2020.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Aquisição de equipamentos para substituição de peças, manutenção e reparos nos sistemas de segurança do Poder Judiciário.	Adquirir equipamentos substituição de peças, manutenção e reparos nos sistemas de segurança eletrônica instalados no PJES (Câmeras, Cancelas e Detectores de Metais).
Contratação de empresa para fornecimento contínuo de serviços especializados de contrainteligência na espécie de varredura eletrônica, inspeção física em ambientes e análise de equipamentos telefônicos nas edificações do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.	Detectar e neutralizar agressões eletrônicas em linhas telefônicas ("grampos telefônicos") ou a existência de transmissores clandestinos ("escutas ambiente"), de modo a minimizar as vulnerabilidades decorrentes do avanço tecnológico e da facilidade de acesso a recursos eletrônicos destinados a tal tipo de atividades, impedindo a real possibilidade de prejuízos materiais e morais decorrentes da utilização criminosa de tais recursos, dificultando ações lesivas a interesses do Poder Judiciário.
Aquisição de equipamentos Detectores de Metais Portáteis, a serem disponibilizados para as unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES).	Adquirir equipamentos para utilização nas portarias das unidades do PJES com o objetivo de aumentar a segurança das unidades forenses através da inspeção via detector de metais, de modo a inibir e impedir que pessoas portanto objetos cortantes, perfurantes ou armas de fogo adentrem o prédio.
Redução do valor do contrato de monitoramento por alarmes sem redução do quantitativo de unidades monitoradas.	Através do projeto esta Assessoria conseguiu renegociar com a Contratada o valor do contrato de forma a reduzi-lo em 20% sem alterar o quantitativo de unidades monitoradas.
Aquisição de suprimentos para impressão de Crachás de identificação para magistrados, servidores e estagiários do PJES.	O objetivo da presente contratação é fornecer suprimentos que permitam a continuidade da confecção de crachás para todos os funcionários do PJES: magistrados, servidores e estagiários. Garantindo assim que todos aqueles que trabalham nas unidades jurisdicionais portarão seu crachá de identificação.
Aquisição de Coletes Balísticos	Aquisição de 14 coletes balísticos que foram disponibilizados à Magistrados e Servidores que atuam em situação de risco.
Aquisição de Veículo Blindado	Contrato para fornecimento de 1 (um) veículo blindado para atender às necessidades de segurança da Comissão de Segurança Institucional do TJES.
Aquisição de Rádios de Comunicação	Aquisição de rádios portáteis bidirecionais para intercomunicação entre os setores de segurança do TJES
Contratação de Empresa Especializada para Manutenção Preventiva e Corretiva	Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de assistência técnica, relativos à Manutenção Preventiva e Corretiva dos equipamentos integrantes do Parque Tecnológico de Equipamentos de Segurança do Poder Judiciário do Espírito Santo.



### **6.3.2. AÇÕES EM ANDAMENTO**

<b>NOME DO PROJETO</b>	<b>FINALIDADE DO PROJETO</b>
Aquisição de equipamentos de segurança e sinalização para utilização nas unidades do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	Melhorar a sinalização de garagens e estacionamento das unidades do PJES.
Aquisição de Coletes Balísticos	Adquirir novas unidades de coletes balísticos, haja vista as novas solicitações realizadas no final do ano de 2020.

Considerando que no ano de 2020 concluiu-se a vigência do Contrato de Portaria, foi realizada a contratação de nova empresa para prestação do serviço continuado de vigilância armada. Para esta contratação foram realizados estudos preliminares em conformidade com a Instrução Normativa n.º05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal. Os estudos tiveram como resultado a identificação precisa das demandas de segurança das unidades judiciárias do PJES, permitindo a aplicação dos recursos orçamentários e operacionais com a maior eficiência possível.

Em 2020 foram realizadas aquisições de novos equipamentos e sistemas de segurança, aquisição de coletes balísticos, rádios comunicadores, detectores portáteis, veículo blindado, e novas contratações de serviços de Contraineligência e serviço de manutenção dos sistemas de segurança eletrônica (câmeras, cancelas e detectores de metais) presente nas Unidades do PJES. Além disso, foram adquiridos equipamentos e peças de substituição para manutenção do funcionamento adequado desses sistemas.

Tendo em vista o contexto de redução de receitas provocado pela Pandemia de COVID-19 foi negociada, junto à Contratada, a redução do valor do Contrato de monitoramento por alarmes em 20% sem a redução da quantidade de equipamentos instalados, bem como foi realizada a revisão dos demais contratos da área de segurança, sendo que para o ano de 2021 há a previsão de redução em 20%, sobre o valor total, do Contrato nº F056/2019, vigilância patrimonial armada, o que representará economia anual aproximada de R\$ 3.500.000,00.

### **6.4 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

A Secretaria de Infraestrutura é a unidade administrativa responsável pelas atividades referentes à aquisição (pesquisas de mercado, licitações e contratações diretas), controle, fornecimento e logística de materiais de consumo e permanentes; dos serviços de apoio (recebimento e expedição de correspondências); dos serviços de transporte; dos serviços de limpeza e copeiragem; dos serviços de reprografia; dos serviços de telefonistas; dentre outros.

Cabe, ainda, à Secretaria, a coordenação das metas e diretrizes propostas pela Administração do Poder Judiciário, o acompanhamento da execução do seu orçamento, organizando os planos de trabalho e



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

cronogramas para a realização das atividades de sua competência e zelando pelo cumprimento dos prazos estipulados, dentre outras atribuições elencadas na Resolução TJES nº 75/2011.

É a estrutura da Secretaria de Infraestrutura:

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Infraestrutura	Coordenadoria de Suprimentos e Controle Patrimonial	<ul style="list-style-type: none"><li>• Seção de Material de Consumo;</li><li>• Seção de Patrimônio.</li></ul>
	Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Seção de Compras;</li><li>• Seção de Contratação.</li></ul>
	Coordenadoria de Serviços Gerais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Seção de Transporte;</li><li>• Seção de Zeladoria.</li></ul>

A **Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos** é responsável pelo processamento das contratações das aquisições de materiais e equipamentos e dos serviços mediante processos licitatórios ou compras diretas (dispensas e inexigibilidades de licitação), bem como atividades correlatas. Para tanto, acompanha e executa os processos desde a fase de coleta de preços, com a finalidade de apurar os preços praticados no mercado, até a fase da contratação em si.

Essa Coordenadoria também apoia a Comissão Permanente de Licitação (CPL) no processamento das licitações realizadas, nas modalidades concorrência, tomada de preço e convite, bem como orienta seus membros sempre quando solicitado.

Importante ressaltar que o Coordenador(a), em contratações diretas, verifica a compatibilidade da solicitação, por meio de manifestação fundamentada, com base nos artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93.

Compete, por fim, à aludida Coordenadoria, apresentar, por informação o orçamento mais vantajoso em contratações diretas; controlar banco de dados contendo informações de fornecedores interessados em trabalhar com o Poder Judiciário; manter atualizado as informações relativas à contratação direta, nos termos do art. 24, incisos I e II da Lei nº 8.666/93; auxiliar a Seção de Contratação e Seção de Compras; acompanhar o cadastro de empresas declaradas inidôneas ou suspensas pelo Poder Público e a relação de empresas sancionadas pelo TJ; auxiliar na coordenação e na elaboração de projeto básico relacionado à sua área de atribuição; gerir os contratos referentes às atividades sob sua responsabilidade; apresentar relatórios periódicos de todos os serviços executados na Coordenadoria; informar ao superior hierárquico qualquer irregularidade relacionada às Seções.

A **Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos** se divide em:

- **Seção de Compras:** que tem a atribuição de realizar a pesquisa de preço de mercado para as aquisições/contratações e Registro de Preços, com a consequente elaboração de planilha com preços referenciais; a instrução e formalização das contratações diretas, seja por dispensa ou inexigibilidade, inclusive locação/aquisição de imóveis, realizando a devida negociação dos valores, quando necessário, com a juntada de toda a documentação das empresas e dos imóveis, bem como o gerenciamento dos contratos e atas de competência da própria Seção.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

- **Seção de Contratação:** que compete à elaboração de editais de licitações e as minutas de contratos, aditivos, Atas de Registro de Preços, Chamamentos Públicos e Convênios (exceto relacionados a pessoal); elaboração e publicação no Diário da Justiça e em Jornal de grande circulação de: avisos de licitação, avisos de homologação, avisos de contratação direta (inexigibilidade e dispensa), avisos de anulação/suspensão de licitações, resumos de Contratos/Atas de RP/Aditivos/Convênios/Rescisões; o lançamento das informações de obras e serviços de engenharia no sistema Geo-Obras, do TCE-ES; a alimentação do Portal da Transparência com as informações relativas às licitações concluídas, Atas de Registro de Preços, Chamamentos Públicos e celebração de contratos/convênios/instrumentos congêneres; o gerenciamento do procedimento administrativo relacionado às adesões e caronas à Atas de Registro de Preços; elaboração de relatórios bimestrais acerca de todas as licitações e contratações diretas realizadas; Inserção de penalidades às empresas Contratadas no sistema Compras.net, CEIS da AGU e na Intranet; constante atualização das minutas de Editais conforme recomendações recebidas de: Assessoria Jurídica, CNJ, TCU, TCEES, Governo do Estado, Jurisprudências, etc; apoio aos Pregoeiros e à Comissão Permanente de Licitação; eventual auxílio à Seção de Compras em processos de cotação de preço; atuação através de seus servidores como integrante administrativo em procedimentos de contratação da área de TI; além de outras atribuições.

A **Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial**, composta pela Seção de Material de Consumo e Seção de Patrimônio, tem como missão assegurar o fornecimento de materiais de consumo e permanentes, necessários ao funcionamento das unidades organizacionais do Poder Judiciário do Espírito Santo, oferecendo condições para a prestação jurisdicional, bem como coordenar e supervisionar a gestão de bens móveis e imóveis visando à efetiva organização e controle, através de processos de regularização, doações e inventários periódicos. Divide-se em:

- **Seção de Material de Consumo:** compete operacionalizar os procedimentos de abastecimento de material de consumo por meio da realização de compra, recebimento, estocagem e distribuição; receber, conferir, cadastrar, armazenar, distribuir e dar baixa no material de consumo; controlar a reposição do estoque; atender as solicitações formuladas via requisição de material online (**e-GAP**); realizar visita técnica às Comarcas, quando necessário, para desenvolvimento dos trabalhos; gerir as atas de registro de preços dos bens de consumo; desenvolver demais atividades correlatas.
- **Seção de Patrimônio:** compete manter arquivada documentação dos bens imóveis utilizados pelo Poder Judiciário Estadual, emitindo "Termo de Responsabilidade" aos ocupantes de imóvel utilizado pelo Poder Judiciário Estadual; elaborar projeto básico e/ou termo de referência, bem como gerenciar contrato de aquisição e/ou ata de registro de preços de bens permanentes, exceto equipamentos de informática; controlar solicitação de material permanente integrante de ata de registro de preço; realizar visita técnica às Comarcas, quando necessário, para desenvolvimento dos trabalhos; tramitar os processos de doação e acompanhar os processos de leilão de bens; desenvolver demais atividades correlatas previstas na Resolução nº 75/2011 deste Poder Judiciário.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

A **Coordenadoria de Serviços Gerais** possui como atribuições o planejamento, coordenação, controle e supervisão dos projetos e serviços inerentes à área de transporte; a conservação e limpeza das instalações do Poder Judiciário e outros serviços de apoio como mensageria, reprografia, telefonista, chaveiro, carimbos, copa e cozinha, água mineral, visando proporcionar aos servidores, magistrados e jurisdicionados um ambiente adequado, fazendo assim, que seus trabalhos tenham um resultado mais eficaz. Divide-se em:

- Compete à **Seção de Transporte** o controle e supervisão dos projetos inerentes à área; realizar vistorias periódicas em veículos; programar manutenções preventivas; fazer controle diário de veículos e motoristas; gerenciar a distribuição da frota e abastecimento dos veículos, dentre outras.
- À **Seção de Zeladoria**, por sua vez, dentre as atribuições previstas na Resolução nº 075/2011 deste Poder, coordena os serviços de limpeza geral das edificações do Poder Judiciário Estadual, incluindo pátio externo, jardim, estacionamento e outros; coordena os serviços de telefonistas; controla a distribuição de chaves; realiza a coleta do lixo; controla a agenda das salas de sessões; zela pela manutenção das dependências das copas; controla a reposição de água mineral; realiza o controle de utilização de copiadoras, nas Centrais de cópias.

#### **6.4.1 AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2020**

##### **Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial**

<b>FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE 2019</b>	<b>QUANTIDADE 2020</b>	<b>QUANTIDADE 2021</b>
Atendimento de requisições de materiais de consumo pelo Almoarifado (RDM Online/ e-Gap)	6.104 requisições atendidas	3.898 requisições atendidas	em andamento

<b>FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES NOVOS</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE 2019</b>	<b>QUANTIDADE 2020</b>	<b>QUANTIDADE 2021</b>
Bens permanentes fornecidos	3.447 bens	3.843 bens	em andamento

<b>FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES USADOS – VOLUME DE MOVIMENTAÇÕES</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE 2019</b>	<b>QUANTIDADE 2020</b>	<b>QUANTIDADE 2021</b>
Bens permanentes movimentados	152.518 bens	38.563 bens	em andamento



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Em razão da pandemia de Covid-19 e da suspensão do trabalho presencial durante meses, o volume de atendimento em 2020 ficou abaixo da média.

Os bens em desuso e inservíveis foram todos recolhidos e acondicionados no galpão da Seção de Patrimônio em Serra/ES, no aguardo dos processos de leilão, que tramitaram, conforme abaixo:

- Processo SEI TJES nº 7001492-45.2019.8.08.0000 – Leilão de bens móveis - 14 veículos automotores;
- Processo SEI TJES nº 7001579-98.2019.8.08.0000 - Leilão de bens móveis – 8.564 bens móveis comuns.

**GESTÃO DE ATAS E CONTRATOS**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2019	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2020	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2019
Seção de Material de Consumo	88 atas de RP 1 contrato (SMARAPD)	114 atas de RP 7 contratos de fornecimento parcelado de materiais 1 convênio (SEJUS)	Em andamento
Seção de Patrimônio	83 atas de RP	62 atas de RP 6 compras pontuais 2 contratos de leiloeiros públicos oficiais	Em andamento
TOTAL	172 instrumentos contratuais	192 instrumentos contratuais	Em andamento

**COMISSÕES ESPECIAIS DE TRABALHO**

- Comissão Permanente de Inventário – Ato nº 206/2018 da Presidência, publicado no e-Diário de 07/11/2018. Presidente da Comissão: Gustavo Gonçalves Biazzi;
- Comissão de Avaliação e Alienação de Bens Móveis – Ato nº 435/2018 da Presidência, publicado no e-Diário de 08/10/2018. Presidente da Comissão: Marcos Calasans Silva;
- Comissão de Recebimento Provisório de Bens Doados pelo CNJ ao TJES – Ato nº 385/2018 da Presidência, publicado no e-Diário de 11/09/2018. Presidente da Comissão: Maria Bernadette dos Santos Quinamo.

**NORMAS DO PJES UTILIZADAS NO CONTROLE PATRIMONIAL**

NORMA	DATA DA PUBLICAÇÃO: RESUMO DO ASSUNTO
Resolução nº 75/2011	e-Diário de 13/12/2011: novas competências dos setores administrativos do TJES.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Resolução nº 20/2018	e-Diário de 28/06/2018: altera os artigos 61, 69 e 111 (bens imóveis) da Resolução nº 75/2011.
Ato Normativo nº 103/2012	e-Diário de 13/09/2012: metodologia de avaliação e reconhecimento de bens inservíveis no PJES.
Ato Normativo nº 70/2018	e-Diário de 05/04/2018: atividades do inventário e movimentação de bens no Patrimônio Online.
Ato Normativo nº 75/2018	e-Diário de 11/04/2018: validação do termo de responsabilidade eletrônico com login e senha.
Ato Normativo nº 163/2018	e-Diário de 08/10/2018: pedido eletrônico de bens permanentes centralizada no Patrimônio Online.
Ato Normativo nº 205/2018	e-Diário de 07/11/2018: depreciação, amortização e metodologia patrimoniais e contábeis do PJES.
Ato Normativo nº 116/2019	e-Diário de 21/08/2019: assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de bem imóvel.
NP TJES Nº 04.01	disponível na intranet: avaliação e baixa de bens móveis.
NP TJES Nº 04.02	disponível na intranet: elaboração de inventários periódicos.
NP TJES Nº 04.03	disponível na intranet: escrituração, registro e cessão de imóveis utilizados.
NP TJES Nº 04.04	disponível na intranet: pagamento de tributos relativos a imóveis utilizados.
NP TJES Nº 04.05	disponível na intranet: controle de materiais de consumo.
NP TJES Nº 04.06	disponível na intranet: rotinas de gestão dos materiais de patrimônio.

### **Coordenadoria de Serviços Gerais**

#### **FROTA DE VEÍCULOS**

A Seção de Transportes contou em 2020 com 64 (sessenta e quatro) veículos próprios e 84 (oitenta e quatro) veículos pertencentes à empresa terceirizada, que foi contratada, sob o regime de locação, para disponibilizar veículos visando aos deslocamentos dos serventuários da Justiça e de seus colaboradores, bem como para o transporte de materiais e equipamentos destinados às diversas unidades do Poder Judiciário.

#### **O SETOR DE LOGÍSTICA DA SEÇÃO DE TRANSPORTES OPERA TODAS AS MOVIMENTAÇÕES DE CARGAS ENTRE AS UNIDADES DO PJES.**

Composição:

Motoristas caminhão – 2

Motorista van – 1

Motoristas ônibus – 2



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PRESIDÊNCIA**

Ajudantes de carga – 8  
Servidores – 2  
Estagiárias – 2

Metodologia operacional:

Rotas pré-definidas para movimentações regulares (recorrentes) com base nas necessidades de entregas do Almoxarifado, maior movimentador de cargas da estrutura.

As unidades são divididas em regiões geográficas e as rotas são estabelecidas visando à maximização de ganho, com a redução de quilometragem.

Com rotas definidas, a Logística implementa um calendário de atendimento ao longo do ano, o que permite melhor organização para as unidades, além da consolidação de cargas, ou seja, um mesmo veículo entrega e recolhe bens de setores diversos (STI, CSCP, CSG, SECRENGE etc..) em sistema milk run. Dessa forma Logística consegue ordenar a melhor alocação de recursos.

As movimentações da Logística não estão limitadas apenas à interunidades. Responde também pelas movimentações internas e atípicas (entre locações das unidades e dentro das mesmas)

### **Movimentações Regulares em 2020**

#### **Almoxarifado:**

##### **Regiões (bens de consumo - Comarcas do Interior):**

63 pontos de entrega atendidos 7 vezes

##### **Grande Vitória (bens de consumo)**

22 pontos de entrega atendidos 28 vezes

**Eficiência (solicitações x entregas) 100%**

#### **Patrimônio (Bens permanentes)**

457 chamados atendidos (cada chamado corresponde a um ponto de entrega e pode conter um ou mais bens) de 476 abertos.

Eficiência: (atendimento de chamados válidos no mesmo ano): 96%

#### **STI**

508 movimentações concluídas de 571 chamados abertos

Eficiência: 89%

#### **Engenharia**

120 movimentações atendidas de 120 chamados abertos

Eficiência: 100%

#### **Arquivo Geral:**

Coleta de processos para arquivamento e transporte de descarte

12 movimentações atendidas de 12 chamados abertos

Eficiência: 100%



**Obs:** Os chamados abertos próximo ao fim do exercício que não foram classificados como atendimentos emergenciais tiveram a sua conclusão programada para os ciclos do exercício seguinte (2021).

**Mudanças de Fóruns, Setores e Arquivos:**

**Linhares:**

Mudança do Arquivo geral da comarca

**João Neiva:**

Mudança do arquivo geral da comarca

**Ibiraçu:**

Movimentação interna do arquivo geral da comarca

**Íluna:**

Mudança do arquivo geral da comarca

**Iconha:**

Mudança da comarca

**Movimentações internas nas comarcas de:**

Guarapari, Santa Maria de Jetibá, Vitória e Serra.

**TJES:**

**Mudança da Secretaria de Engenharia**

Movimentação interna: Câmaras cíveis reunidas

**Outras demandas pontuais:**

Atendimentos com o ônibus Lei Maria da Penha nas comarcas da Grande Vitória e interior, atendimentos com o ônibus Juizado Itinerante em mutirões de diversas comarcas.

**MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA EM 2020**

<b>CONTRATOS</b>	<b>POSTOS DE TRABALHO CONTRATADOS</b>
Motoristas, Ajudantes e Controladores de Trafego	119
Limpeza 2ª Instância e Administrativo	43
Limpeza das Comarcas	254
Copeiragem	16
Telefonistas	17

**PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- Quantidade de recursos humanos limitada, para atuarem nas mais diversas atividades afetas a esta Coordenadoria, impossibilitando o avanço na execução das metas estipuladas;
- Excesso de procedimentos nos trâmites das normas de procedimentos, provocando, por consequência, a preclusão temporal e a impossibilidade de praticar os atos necessários à conclusão das contratações.
- Falta de especialização e cursos voltados para a área de contratações de serviços terceirizados.



### **OUTRAS AÇÕES IMPLEMENTADAS**

- Redução no quantitativo de postos de trabalho nos contratos de terceirização de mão de obra, após a edição do ato normativo 069/2020;
- Redução temporária dos contratos durante o período de predominância do tele trabalho.
- Negociação de contratos com redução de preços ou diminuição de reajustes:
- Estudos e Implantação de novo mecanismo de contratação de mão de obra para execução de tarefas em regime de exclusividade, dando ênfase a contratação dos serviços, com a devida medição dos resultados, assim como disciplina a Instrução Normativa 05/2017 – SEGES. Sendo o contrato de prestação de serviços de motoristas o primeiro no Poder judiciário com essa sistemática.
- Realização de novos contratos de serviços terceirizados de telefonistas e copeiragem com a redução de custos.
- Emissão de comunicados mensais, por meio de processos no SEI, às Comarcas visando a orientação e sensibilização do correto uso dos Serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
- Redução da frota de veículos oficiais, após o leilão de 14 automóveis.

### **Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos**

No ano de 2020, as atividades realizadas pela **Seção de Compras** de pesquisa de preços de mercado para fins licitatórios, análises de vantajosidade e procedimentos pertinentes para contratação direta, sejam por dispensa ou inexigibilidade de licitação, negociações de locação de imóveis, totalizaram 248 (duzentos e quarenta e oito) processos/ expedientes.

A unidade, em razão de ser o primeiro contato direto com o mercado (futuros e pretensos contratados), consegue detectar como o mercado está trabalhando com determinado objeto e, conseqüentemente, orientar e sugerir a unidade demandante melhores formas da contratação.

Vale ressaltar que a Seção de Compras é constantemente demandada no sentido de apoio e orientação para planejamento de contratação de diversas unidades administrativas.

Acrescente-se ainda que a aludida unidade também, sempre que solicitada, auxilia a Seção de Contratação e a Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos, bem como dá o suporte necessário na pesquisa, estudos e elaboração das Normas de Procedimentos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

A seguir, tabela correspondente que demonstra o fluxo de processos e expedientes concluídos na Seção de Compras durante o exercício referido:

<b>NORMA</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
NP nº 01.01	Licitação	131
NP nº 01.02	Dispensa e inexigibilidade de licitação (exceto incisos I, II e IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	30
NP nº 01.03	Dispensa de licitação (incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	1
NP nº 01.04	Contratação por registro de preços (execução da ARP)	36
NP nº 01.05	Contratação emergencial (inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	6



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

NP nº 01.06	Aditivo contratual/Apostilamento	36
NP nº 10.01	Curso Capacitação (Part. de Servidores em Eventos de Capacitação)	8
<b>TOTAL DE PROCESSOS/EXPEDIENTES:</b>		<b>248</b>

Ainda tramitaram na Seção de Compras, para cotação de preços, processos referentes a ressarcimento de valores a empresas detentoras de contratos de manutenção com reposição de peças. Para estes processos, aplica-se, normalmente, a NP 01.01, por analogia.

**Notas:**

1. No PJ/ES, as Normas de Procedimentos aplicáveis aos trabalhos da Secretaria de Infraestrutura estão reunidas em **Sistema de Compras, Licitações, Contratos, Convênios (exceto de pessoal) e instrumentos congêneres, disponíveis na intranet (<http://www.tjes.jus.br/publicacoes/normas-de-procedimentos-intranet/>)**;
2. A pesquisa de preços de mercado é realizada em conformidade com a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-73-de-5-de-agosto-de-2020-270711836>), alinhada com entendimento do TCU (Acórdão 2816/2014 e Acórdão 555/2005);
3. O preço estimado, a metodologia utilizada pela Seção para elaboração da Planilha de Preço Referencial (NP 01) com resultados da pesquisa de preços de mercado é a Estatística Descritiva com utilização da distribuição normal da probabilidade para a determinação do campo de arbítrio. O indicador estatístico empregado na validação do *preço referencial* é o *Coefficiente de Variação (CV)*, que exprime a dispersão dos preços utilizados no cálculo, em relação ao seu valor médio. A literatura estatística sugere um CV de até 25%. Assim, se  $CV \leq 25\%$  o preço referencial será a *média*. Se  $CV > 25\%$ , o preço de referência será a *mediana* dos valores apresentados. Assim, alguns itens podem ter seus preços referenciais calculados pela *média* e outros pela *mediana*.
4. As dispensas decorrentes de contratação de cursos/instrutores processadas pela NP 10.01 NP e 09.01 estão contabilizadas na NP 01.02. As contratações processadas pela 09.01 estão contabilizadas na NP 01.01.

Ademais, importante ressaltar que todos os procedimentos realizados pela Seção de Compras são analisados e validados pela Coordenadoria de Compras Licitação e Contratos.

No ano de 2020, a **Seção de Contratação** realizou diversas atividades relacionadas às suas atribuições, tais como, elaboração de minutas de editais, contratos, convênios, termos aditivos, entre outros.

No ano de 2020 o PJES realizou pela primeira vez dois Leilões de alienação de bens móveis, sendo um de veículos e outro de bens diversos, sendo que a Seção de Contratação foi responsável pela elaboração dos contratos dos Leiloeiros bem como dos Editais de Leilão e demais atos de apoio à CPL e publicação nos meios competentes.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Os servidores da referida Seção ainda atuaram efetivamente em processos de contratações relacionados à área de tecnologia da informação, em atendimento à NP 09.01.

Vale ressaltar que a Seção de Contratação também é constantemente demandada no sentido de apoio e orientação para a realização de contratações de diversas unidades administrativas.

Acrescente-se ainda que aludida unidade também realiza estudos e atualização das Normas de Procedimentos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

A seguir, tabelas e gráficos correspondentes que demonstram o fluxo de processos e expedientes concluídos na Seção de Contratação durante o exercício referido:

<b>ELABORAÇÃO DE MINUTAS</b>	
Editais	123
Contratos	81
Aditivos	132
Chamamentos Públicos	0
Atas de Registro de Preços	110
Convênios	10
<b>TOTAL:</b>	<b>456</b>

<b>RESUMOS PUBLICADOS</b>	
Editais (licitações / Chamamentos Públicos)	107
Contratações Diretas	99
Atas de RP	110
Aditivos	132
Contratos	81
Convênios	10
<b>Total:</b>	<b>539</b>

<b>LICITAÇÕES REALIZADAS</b>			
<b>MODALIDADE</b>		<b>QUANTIDADE</b>	<b>NORMA DE PROCEDIMENTO</b>
Pregão	Na forma Eletrônica	107	01.01



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

	Na forma Presencial	00	01.01
Tomada de Preços		03	01.01
Concorrência		00	01.01
Convite		00	01.01

**Notas:**

1. As licitações na modalidade “Tomada de Preços” foram realizadas pela Comissão Permanente de Licitação, a qual é diretamente vinculada à Presidência;
2. Para a modalidade de pregão eletrônico é utilizado o portal de Compras Governamentais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – [comprasgovernamentais.gov.br](http://comprasgovernamentais.gov.br).

<b>PENALIDADES APLICADAS</b>	
<b>TIPO DE PENALIDADE</b>	<b>QUANTIDADE DE EMPRESAS PENALIZADAS</b>
Advertência	03
Multa	52
Suspensão temporária	04
Impedimento	02

**OUTRAS ATIVIDADES**

- Elaboração de base de dados para controle de contratações contendo informações desde 2014 sobre Processo de contratação, modalidade, Data, Lotes, Itens, CATMAT/CATSER, Descrição do Item, Unidade, Quantidade Mínima, Quantidade Máxima, Preço unitário (R\$), Demandante, Gestor, Início de Vigência, Fim da Vigência;
- Metodologia de distribuição justa e equânime de processo entre os servidores da Seção de Compras, com o objetivo de imprimir maior celeridade no desenvolvimento às atividades realizadas pela referida unidade;
- Padronização das minutas dos editais, com sua disponibilização na intranet, visando à agilidade na instrução dos processos de forma a dar maior eficiência e efetividade nas tarefas internas;
- Criação da rotina de elaboração de relatórios semanais, os quais servirão como forma de controle da produtividade, focando na tramitação dos processos e incentivo ao alcance das metas traçadas pela gestão.
- Atualização da NP 01.01 (Aquisição mediante licitação), em conjunto com a Secretaria de Controle Interno e a Coordenadoria de Execução Orçamentária, para adequação ao sistema SEI e otimização dos procedimentos.



#### **6.4.2 AÇÕES A SEREM REALIZADAS**

- Realização de treinamento para os servidores, para melhorar a gestão dos contratos e, conseqüentemente, otimizando a execução dos mesmos;
- Programa de Educação e Sensibilidade de Utilização Sustentável de Recursos Materiais – Programa vinculado ao Planejamento Estratégico.
- Gestão adequada dos resíduos: adequar-se à política dos 5R's (Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Reusar), visando à redução do consumo e o combate ao desperdício, além da correta destinação do resíduo gerado.

Além disso, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, para os exercícios seguintes, a Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos almeja a implantação de Sistema de Gestão Centralizada dos Procedimentos Licitatórios, de Registro de Preços, do Cadastro de Fornecedores, do Catálogo de Materiais, das Compras Diretas e do Controle de Penalidades aplicadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, com os seguintes objetivos:

- Permitir consulta ao processo de compra informando em que fase do processo licitatório ela se encontra;
- Registrar os processos licitatórios, identificando: número do processo, objeto, a modalidade de licitação e datas do processo;
- Possuir meios de acompanhamento de todo o processo de Licitação, registrando a Habilitação, Proposta Comercial e emitindo Mapa Comparativo de Preços;
- Permitir consulta ao preço praticado nas licitações, por fornecedor, produto/serviço ou número do processo;
- Disponibilizar gráficos de compras por modalidades de licitações e materiais adquiridos e consumidos por período;
- Conter classificação/definição das melhores propostas;
- Conter possibilidade de emissão de relatórios de indicadores de trabalhos resolvidos.

#### **6.5 SECRETARIA JUDICIÁRIA**

A Secretaria Judiciária foi criada por meio da Lei Complementar nº 566/2010 – Lei de Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Referida norma subordinou diretamente, a esta Secretaria, Coordenadorias com as respectivas Seções e outras Seções autônomas, conforme se demonstra com o quadro abaixo:

<b>SECRETARIA</b>	<b>COORDENAÇÃO</b>	<b>SEÇÃO</b>
<b>SECRETARIA JUDICIÁRIA</b>	Coordenadoria de Gestão da Informação Documental	<i>*Seção de Biblioteca;</i> <i>* Seção de Arquivo; e</i> <i>*Seção de Edição e Publicação</i>
	Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição	<i>*Seção de Protocolo</i>



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

	Coordenadoria de Taquigrafia	-
	-	<i>*Seção de Plantão e Mandados</i>
	-	<i>*Seção de Contadoria Judicial</i>

À Secretaria Judiciária compete dirigir e coordenar os procedimentos relativos à protocolização, informação e distribuição de processos e expedientes, tramitação e sessões de julgamento, além de coordenar, orientar e uniformizar a execução dos serviços administrativo-judiciários dos órgãos subordinados, dentre outras atribuições descritas no art. 49 da Resolução nº 075/2011.

Conta, atualmente, com 03 servidores em suas instalações: a Secretária Judiciária, uma Analista Judiciária – Especialidade Administração e um Técnico Judiciário – sem especialidade.

Em virtude do Ato Normativo nº 092/2015, com a vacância do cargo de Chefia da Seção de Contadoria Judicial a Secretária Judiciária acumulou tal função, ficando as demais Seções sob a supervisão dos Coordenadores a que estão vinculadas. Com relação à chefia da Seção de Plantão e Mandados esta foi preenchida em outubro/2019.

#### **6.5.1.1 SECRETARIA JUDICIÁRIA**

- 1- Gestão dos processos administrativos referentes ao **Vale-Cidadão**, sendo entregues **2.080 (dois mil e oitenta vales)** vales em 2020, o que mostra uma redução em comparação com o ano de 2019, explicável diante da paralisação do atendimento presencial decorrente da pandemia mundial do COVID19 em todo o Poder Judiciário;
- 2- Gestão dos processos administrativos de pagamento de perícias (diversas de médicas para as quais há convênio com o Estado do Espírito Santo) e traduções em processos com assistência judiciária gratuita deferida, na forma do Parecer da Presidência desta Corte de Justiça e da Ordem de Serviço nº 004/2016. No ano de 2020, recebeu **-102 (cento e dois)** processos de perícia, movimentando **R\$ 145.206,48 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e seis reais e quarenta e oito centavos)** em honorários periciais e **03 (três)** processos referentes a tradução, totalizando **R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**;
- 3- Recebeu e encaminhou para o órgão julgador competente deste Egrégio Tribunal de Justiça **2.141 (duas mil, cento e quarenta e uma) decisões do Superior Tribunal de Justiça e 303 (trezentos e três) decisões do Supremo Tribunal Federal, totalizando 2.444 (duas mil, quatrocentos e quarenta e quatro) decisões** relativas a recursos interpostos;
- 4- Desenvolveu, em cooperação com a Secretaria de Tecnologia da Informação, projetos e melhorias contínuas de sistemas que alcançaram o jurisdicionado e os servidores deste Poder Judiciário, bem como atuou na expansão do PJE em segundo grau, com implantação deste sistema para as apelações cíveis, remessas necessárias e incidentes de impedimento e suspeição decorrentes dos autos que tramitam no sistema PJE em Primeira Instância na data de 14/12/2020;



- 5- Atendendo ao disposto no Ato nº 04/2016, organizou e publicou a escala de plantão dos Desembargadores e das Secretarias dos Órgãos Julgadores de Segundo Grau.

#### 6.5.1.2 COORDENADORIA DE PROTOCOLO, REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO.

Esta Coordenadoria possui 02 (duas) unidades diretamente ligadas: a Seção de Protocolo e a de Distribuição de Processos propriamente dita.

##### a) Seção de Protocolo

À Seção de Protocolo compete a protocolização (registro no sistema de gerenciamento de processos de segunda instância) de todos os documentos físicos que tramitam nesta Corte, com a devida inclusão de classe e assunto, em conformidade com as tabelas processuais unificadas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como a vinculação de guias de custas, quando existentes, e o seu respectivo encaminhamento à Unidade destinatária.

Atualmente, esta unidade conta com três Analistas Judiciários – 01, estando vaga a função de Chefia de Seção, face às medidas adotadas pelo Poder Judiciário Estadual de reduzir os gastos com pessoal, passando a Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição a exercer cumulativamente essas atribuições.

Segundo levantamento da Secretaria de Tecnologia da Informação, foram protocolizadas em 2020 pela Seção de Protocolo do Tribunal de Justiça cerca de **36.585** petições de juntada, **6.679** petições iniciais e **3.188** expedientes, totalizando 46.452 **documentos** protocolizados.

NÚMERO TOTAL DE DOCUMENTOS PROTOCOLIZADOS		
2018	2019	2020
93.984	99.690	46.453

NÚMERO TOTAL DE DOCUMENTOS PROTOCOLIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS DE SEGUNDA INSTÂNCIA - por tipo de documento		
	2019	2020
Petições Iniciais	11.422	6.679
Petições de Juntada	75.130	36.585
Expedientes	13.138	3.188
<b>TOTAL</b>	<b>99.690</b>	<b>46.452</b>

\* não foram considerados os recursos de Agravo de Instrumento distribuídos no sistema Pje, implantado em dezembro de 2019.

Importante esclarecer, ainda, que durante a pandemia, o atendimento para fins de solicitação e emissão de certidões negativas se deu através de e-mail funcional (sem o protocolo do requerimento), tendo sido recebidos e respondidos 354 (trezentos e cinquenta e quatro) e-mails cujo assunto/requerimento se trata de certidão negativa e/ou positiva.



A partir de 14 de dezembro de 2020, as Apelações Cíveis, Remessa Necessária e os Incidentes decorrentes de autos que tramitam no sistema Pje primeiro grau passaram a ser remetidos eletronicamente ao E. Tribunal de Justiça, somando-se aos processos eletrônicos de agravos cíveis que já tramitavam neste sistema desde 2019.

Em virtude da pandemia mundial do COVID 19, as atividades do protocolo expresso ficaram suspensas de março a outubro do ano passado, só retornando em novembro de 2020, mediante regulamentação (Ato Normativo nº 112/2020).

#### **b) Distribuição de Processos**

A distribuição é realizada por meio dos sistemas informatizados do Egrégio Tribunal de Justiça, sob o comando da Secretaria de Tecnologia da Informação, cabendo aos servidores da Unidade apenas operá-lo.

As atividades iniciam-se com o recebimento das petições iniciais, quando referentes a ações e/ou recursos de competência originária do Tribunal de Justiça, e com os processos que chegam em grau de recurso das Comarcas do Estado, inclusive para os processos eletrônicos que tramitam no PJE.

Atualmente, a distribuição de processos judiciais originários deste egrégio Tribunal de Justiça está rigorosamente em dia, em sua regra, em virtude das medidas adotadas pela administração, tais como a numeração manual das petições iniciais pelas Câmaras, Certidão negativa *online*, Grupo de Trabalho formado para realização de mutirão quando necessário, sistema Pje implantado para os recursos de Agravo de Instrumento de competência cível isolada e algumas outras classes processuais decorrentes de originários do sistema Pje em primeira instância (Atos Normativos nºs 120/2019, 184/2019, 193/2019 e 105/2020), além do empenho dos servidores localizados na Unidade.

Uma das dificuldades enfrentada é a multiplicidade de sistemas informatizados utilizados pelo Poder Judiciário (EJUD, PROJUDI, SIEP, EPROCESS, Segunda Instância e Pje Segundo Grau).

Hoje, o Setor conta com **12 (doze) servidores**, sendo que deste número, apenas **07 (sete) servidores** realizaram atividades iniciais num volume de mais de **2.100 (dois mil e cem)** processos físicos e eletrônicos distribuídos/redistribuídos por mês no exercício passado.

No ano de 2020, segundo sistema de gerenciamento de processos de segunda instância, foram **21.394 (vinte um mil, trezentos e noventa e quatro) distribuições/redistribuições** realizadas no Sistema de Gerenciamento de Processos de Segunda Instância, sendo cerca de **20.334 (vinte mil, trezentos e trinta e quatro) distribuições novas** e **4.796 (quatro mil, setecentos e noventa e seis) processos distribuídos no sistema Pje** - Tribunal de Justiça, **totalizando 25.130 processos distribuídos nesta Corte**. Apenas processos originários de Segundo Grau foram aproximadamente 6.679 (seis mil, seiscentos e setenta e nove) distribuídos no Sistema de Segunda Instância e 4.768 (quatro mil, setecentos e sessenta e oito) no Sistema Pje – Tribunal de Justiça.



DISTRIBUIÇÕES		
(dados extraídos do sistema de segunda Instância)		
2018	2019	2020
33.281	33.418	20.334

\*dados extraídos do Sistema de Gerenciamento de Processos de Segunda Instância

DISTRIBUIÇÕES	
(dados extraídos do sistema de Pje - Tribunal)	
2019	2020
27	4.796

\*dados extraídos do Sistema Pje – Tribunal de Justiça

### 6.5.1.3 COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA

A Coordenadoria de Taquigrafia é o setor responsável por taquigrafar todas as sessões de julgamento e audiências em segundo grau de jurisdição.

A unidade encontra-se com o número de servidores deficitário para atender às sessões, sendo este o grande problema enfrentado, comprometendo a qualidade do serviço apresentado, principalmente no tocante ao cumprimento de prazos.

A Coordenadoria de Taquigrafia possui um quadro de **39 (trinta e nove) taquígrafas**, mas, conta hoje com apenas **13 (treze)** em atividade naquele local de trabalho – **03 (três) estão à disposição em outros locais** e **23 (vinte e três) cargos estão vagos** em face de aposentadorias.

Além das 13 (treze) taquígrafas, sendo que uma delas exerce a função de Coordenadora, a unidade conta com 01 (um) Agente Judiciário e 01 (um) analista judiciário – Direito.

Destaca-se, ainda, que com o Ato Normativo nº 092/2015, cessaram-se as designações para a função gratificada de Taquígrafo Revisor.

Durante o exercício de 2020, a Coordenadoria de Taquigrafia executou tarefas em **18.368 (dezoito mil, trezentos e sessenta e oito)** processos, conforme se observa na tabela abaixo, com lançamentos no sistema de Segunda Instância, e elaborou notas taquigráficas em inúmeros pedidos de vista, em audiências em Ação Penal, Medidas Protetivas; Processos Administrativos, além do registro de partes Administrativas em todas as sessões.

ÓRGÃO JULGADOR	NÚMERO DE JULGADOS
CONSELHO	138
PLENO	336



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

1ª CÍVEL	1.939
2ª CÍVEL	2.572
3ª CÍVEL	2.513
4ª CÍVEL	2.686
1ª CRIMINAL	3.602
2ª CRIMINAL	4.208
CRIMINAIS REUNIDAS	180
1º GRUPO CÍVEIS	99
2º GRUPO CÍVEIS	95
<b>TOTAL:</b>	<b>18.368</b>

**6.5.1.4 SEÇÃO DE PLANTÃO E MANDADOS**

Esta Seção está diretamente ligada à área fim deste Órgão, e não possui orçamento próprio. Durante o exercício de 2020, **1.425 (mil, quatrocentos e vinte e cinco)** mandados foram distribuídos e **2250 (duas mil duzentos e cinquenta)** diligências foram realizadas pelos Oficiais de Justiça em Segundo Grau, além das **218 (duzentos e dezoito)** sessões em que atuaram:

<b>MÊS/2020</b>	<b>TOTAL DE MANDADOS DISTRIBUÍDOS</b>
Janeiro	102
Fevereiro	216
Março	191
Abril	110
Mai	104
Junho	111
Julho	107
Agosto	117
Setembro	90
Outubro	89
Novembro	96
Dezembro	92
<b>TOTAL:</b>	<b>1.425</b>



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

A Seção de Plantão e Mandados conta hoje com 01 Chefe de Seção e 01 servidora efetiva (TECNICA JUDICIÁRIA–sem especialidade) e coordena as atividades de 08 (oito) Oficiais de Justiça localizados neste Tribunal.

#### **6.5.1.5 SEÇÃO DE CONTADORIA JUDICIAL**

Esta seção está diretamente ligada à área fim deste Órgão, sem orçamento próprio. Porém, está acompanhando os impactos de arrecadação decorrentes da Lei de Custas Judiciais, Leis nº 9.974/2013 e 10.178/2014, bem como responsável pelos cálculos das custas judiciais e despesas postais de processos de competência originária deste Tribunal de Justiça, consoante Resolução nº 71/2015.

A Seção funciona hoje com 02 (dois) servidores efetivos, sendo um Analista Judiciário 02–Contabilidade e 01 Analista Judiciário 01 (com curso técnico em contabilidade).

Com a necessidade do Poder Judiciário Estadual de reduzir os gastos com pessoal, adequando-se à Lei de Responsabilidade Fiscal, no mês de junho de 2015, cessou-se a designação da Chefia de Seção o que trouxe uma dificuldade gerencial, pois a Seção em voga desenvolve uma importante atividade junto aos órgãos judiciais deste Tribunal de Justiça, com demandas diárias específicas e recorrentes na área de contabilidade.

Em 2020, **3.570 (três mil, quinhentos e setenta)** processos passaram por aquele Setor, sendo calculadas custas no montante de **R\$ 292.343,50** (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos).

<b>Mês</b>	<b>Custas Calculadas</b>	<b>Entrada de Processos</b>
Janeiro	40.319,33	434
Fevereiro	34.917,13	541
Março	22.918,50	372
Abril	473,63	0
Mai	1.420,90	162
Junho	23.970,97	97
Julho	18.518,95	157
Agosto	26.891,37	203
Setembro	38.041,05	138
Outubro	13.655,05	402
Novembro	42.983,27	757
Dezembro	28.233,35	307
<b>Total:</b>	<b>R\$ 292.343,50</b>	<b>3.570</b>



<b>SEÇÃO DE CONTADORIA JUDICIARIA – ANO DE 2020</b>			
	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Número de Processos que passaram pelo setor	6.282	7.488	3.570
Valor das Custas Calculadas	R\$ 451.320,01	R\$ 384.932,74	R\$ 292.343,50

#### **6.5.1.6 COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL**

A Coordenadoria de Gestão da Informação Documental possui em sua estrutura a Seção de Edição e Publicação (Diário da Justiça e Gráfica), a Seção de Arquivo (englobando todos os arquivos do Estado) e a Seção de Biblioteca, além ser o responsável pelo Centro de Memória e o Espaço Cultural do TJES.

Também sofreu o impacto com a perda das Chefias das suas Seções sendo as atividades absorvidas pelo Coordenador.

No exercício de 2020, algumas atividades se destacaram, quais sejam:

- Instituição da Comissão de Gestão da Memória e alteração da Comissão Permanente de Avaliação Documental - CPAD no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, com participação do Coordenador de Gestão da Informação Documental, através do Ato Normativo nº 109/2020 e Portarias 09 e 10/2020.
- Manutenção e Organização do arquivo central do Poder Judiciário Estadual, abrigando as comarcas da Grande Vitória (Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha, Viana) em Jardim Limoeiro, do qual constam aproximadamente 300.000 (trezentas mil) caixas de arquivo.
- Gestão do Sistema Eletrônico - SEI para tramitação dos processos administrativos, dando suporte às áreas de todo o Poder Judiciário Estadual e Corregedoria Geral da Justiça – obrigatoriedade da utilização do sistema declarada através do Ato Normativo nº 29/2019 publicado no e-diário de 01/03/2019, concretizada plenamente em 05/08/2019.
- Publicação de 35 (trinta e cinco) editais de descarte de agravos de instrumento, além de 05 (cinco) editais de eliminação de processos de Juizados Especiais. Ações essas que contribuíram para organização e ajustes de espaços dos arquivos das comarcas e sendo o material descartado encaminhado à reciclagem, sendo a verba revertida para Associação de catadores de lixos e instituições sociais cadastradas.
- Visitas para mapear a situação de gestão documental nos fóruns, orientando as comarcas para gestão dos seus arquivos, utilizando a Resolução nº 56/2015 de descarte de processos, evitando que se aluguem imóveis desnecessariamente. Municípios visitados em 2020: Linhares, Iúna, Mimoso do Sul e Muqui.
- Recuperação dos processos da Comarca de Iconha, danificados com a enchente ocorrida no início de 2020 naquele Município.
- Em continuação ao trabalho de recolher materiais e processos históricos para o acervo do Centro de Memória do Poder Judiciário, conforme orientações do CNJ e do PRONAME (Programa Nacional de Gestão documental e Memória do Poder Judiciário), conclui-se a catalogação de processos históricos recolhidos da Comarca de Santa Leopoldina, tendo processos a partir de 1886. Em sequência, iniciaram-se os trabalhos com os processos



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

históricos da Comarca de Afonso Cláudio, que já foram recolhidos.

- Atuação na inspeção virtual feita pelo Conselho Nacional de Justiça com relação ao Centro de Memória, avaliação documental e descarte de processos.
- O Espaço Cultural e o Centro de Memória deste egrégio Tribunal de Justiça ficaram com suas atividades suspensas ao público durante o ano de 2020, em virtude das restrições impostas pela pandemia mundial do COVID-19, aproveitando-se esse período para conclusão da reforma dos mesmos.

### **6.6 SECRETARIA DE ENGENHARIA, GESTÃO PREDIAL E MAN. DE EQUIPAMENTOS.**

À essa Secretaria compete planejar, pesquisar, analisar, fiscalizar, vistoriar e organizar os serviços de obras, reformas e manutenções de edificações e de equipamentos, bem como demais atribuições previstas no art. 59, da Resolução nº. 75/2011.

Esta Secretaria é composta por 3 (três) Coordenadorias, descritas a seguir:

<b>Secretaria</b>	<b>Coordenação</b>	<b>Seção</b>
Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.	Coordenadoria de Projetos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Seção de Análise e Composição de Custos;</li><li>• Seção de Desenvolvimento de Projetos.</li></ul>
	Coordenadoria de Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos	
	Coordenadoria de Fiscalização	

#### **6.6.1 AÇÕES REALIZADAS EM 2020**

<b>NOME DO PROJETO</b>	<b>FINALIDADE DO PROJETO</b>
Execução do projeto de impermeabilização da Cobertura do Tribunal de Justiça.	Reparo de infiltrações.
Obra de reforço estrutural em um pilar no Fórum de Vila Velha – Boa Vista.	Reforço do pilar P149 entre a garagem e 2º pavimento.
Locação de imóvel para as novas instalações do Arquivo do Fórum de Lúna.	Proporcionar local para abrigar o arquivo do Fórum de Lúna.
Execução de marcenaria.	Atendimento de pedidos de móveis modulares, novos móveis de salão do Júri e recepção de entrada do TJ e do Fórum de Vila Velha – Prainha.
Manutenção de portões automáticos dos Fóruns – 2ª Etapa.	Manutenção de motores de portões automáticos em algumas Comarcas.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Manutenção Predial no Fórum de Cachoeiro de Itapemirim.	Criação de barreira física contra pombos.
Manutenção Predial no Fórum da Serra.	Reparo de infiltração, substituição de cerâmica solta da fachada e tratamento de ferragem.
Manutenção Predial no prédio da antiga Infância e Juventude de Vitória para devolução do imóvel à União.	Pintura geral e instalação de novo telhado.
Manutenção Predial no Fórum de Marataízes.	Substituição de parte do telhado e impermeabilização de calhas.
Reforma do Salão Nobre, Memorial, Espaço Cultural e marquise do TJES.	Modernização das salas e substituição do forro da marquise que estava deteriorado.
Execução de projeto para substituição do cercamento do Fórum de Linhares e parte do cercamento do Tribunal de Justiça.	Promover a segurança do imóvel e adequação do imóvel às exigências da Prefeitura, respectivamente.
Contratação de programa de cálculo estrutural e projeto Hidrossanitário.	Ter um software para elaboração de projetos estruturais e projetos Hidrossanitários.
Manutenção emergencial da subestação do Fórum de Cachoeiro de Itapemirim	Restabelecimento da energia no Fórum.
Manutenção de extintores de incêndio nos prédios do PJES.	Manter extintores com validade para garantir a segurança do imóvel contra incêndios.
Substituição do portão de entrada do Fórum de São Gabriel da Palha.	Promover a segurança do imóvel.
Substituição do telhado em policarbonato do Fórum de São Mateus por telhas termo acústica.	Substituição do material que ultrapassou o fim da vida útil que trazia risco aos usuários e promover um melhor conforto acústico e térmico.
Emissão de Alvará do Corpo de Bombeiros de 1 imóvel, totalizando 39 imóveis com alvará.	Regularização das edificações do PJES.

### 6.6.2 AÇÕES EM ANDAMENTO

<b>NOME DO PROJETO</b>	<b>FINALIDADE DO PROJETO</b>
Manutenção Predial no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - Câmara Cíveis Reunidas.	Substituição do piso e divisória do corredor e ambientes internos.
Obra para construção do Fórum de Alegre.	Construção do novo Fórum.
Regularização da edificação do Tribunal de Justiça na Prefeitura e Bombeiros (PRE).	Conseguir o certificado de conclusão de obra, aprovação do Corpo de Bombeiro e o alvará de funcionamento.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Execução de projetos para a climatização da Central Multidisciplinar de Vila Velha e do Salão Peno do TJES.	Promover a climatização das salas.
Regularização do projeto dos edifícios localizados no terreno da Corregedoria junto à PMV.	Conseguir o certificado de conclusão de obra, aprovação do Corpo de Bombeiros e o alvará de funcionamento.
Contratação da obra de adequação dos imóveis localizados no terreno da Corregedoria para permitir a emissão de Alvará do Corpo de Bombeiros e certificado de conclusão de obra na PMV.	Regularização das edificações do PJES.
Contratação de mourões em madeira para recomposição das peças que faltam do cercamento do Fórum de Linhares, uma vez que a substituição de todo o cercamento se tornou inviável financeiramente.	Promover a segurança do imóvel.
Locação de imóvel para as novas instalações do Arquivo do Fórum de Domingos Martins.	Proporcionar local para abrigar o arquivo do Fórum de Domingos Martins.
Contratação do projeto de Reforço Estrutural do Fórum de Baixo Guandu.	Resolver problema de fundação.
Contratação de programa de orçamentação.	Facilitar e tornar célere a elaboração de orçamentos e reduzir o risco de erros de planilha.
Obra para reforma de parte da calçada do TJES.	Atendimento de exigências da PMV quanto à calçada do TJES (lado da 3ª ponte).
Impermeabilização da cobertura do TJES.	Eliminar as infiltrações existentes.
Instalação de corrimãos para escadas e rampas em diversos Fóruns para atendimento de exigências do Corpo de Bombeiros.	Regularização das edificações do PJES.
Contratação de modernização dos 6 elevadores do prédio do Fórum Criminal e Fórum Cível de Vitória – parceria com o Governo do Estado.	Modernização dos elevadores do Fórum de Vitória.
Fornecimento e instalação de bombas de água.	Substituição de bombas com defeito em diversos prédios do PJES.
Manutenção de guarda corpo e corrimãos de aço inox no Fórum de Vila Velha.	Reparo em diversos pontos onde o material está danificado.
Aquisição de licenças dos softwares de engenharia e treinamento básico BIM.	Atualização de versão do software Autocad e iniciar o processo de transição de trabalho do sistema CAD para o sistema BIM - BIM Building Information Modeling, atualmente em curso em todo o território nacional.



### 6.6.3 – AÇÕES A SEREM REALIZADAS

<b>NOME DO PROJETO</b>	<b>FINALIDADE DO PROJETO</b>
Contratação de projetos para reforço do piso no subsolo do Tribunal de Justiça.	Executar o reforço do piso do subsolo do prédio do Tribunal de Justiça para abrigar áreas administrativas, visto que o projeto inicial prevê apenas garagem.
Contratação do projeto para reforço no talude dos fundos no Fórum de Guarapari.	Construir contenção no talude de terra para conter a erosão do terreno.
Estudo para construção de nova edificação para atender setores administrativos e varas de Vitória no terreno da Corregedoria.	Devolução de imóveis locados, bem como adequação das áreas para proporcionar melhores condições de trabalho.
Obra de reforço estrutural no Fórum de Baixo Guandu.	Reforço estrutural da fundação.
Manutenção Predial no Fórum de Afonso Cláudio.	Substituição de cobertura.
Manutenção Predial no Fórum de Mantenópolis.	Reparo de infiltrações e pintura interna.
Manutenção Predial no Fórum de Montanha.	Pintura geral, substituição de cobertura e caixa d'água.
Manutenção Predial no Fórum de Ibatiba.	Impermeabilização da calha.
Climatização do Salão Pleno.	Individualizar e melhorar a climatização no Salão Pleno.
Contratação de serviços de impermeabilização para caixas d'água e cisternas do Tribunal de Justiça, Fórum de Vitória, Corregedoria e Fórum de Cachoeiro de Itapemirim.	Substituição das impermeabilizações existentes, tendo em vista que as mesmas estão comprometidas.
Contratação do projeto de reforço do muro na lateral do Fórum de São Mateus.	Reparar trinca estrutural no muro.
Contratação da obra para instalação do SPDA no Fórum de Marataízes.	Atender solicitação do Corpo de Bombeiros para obtenção do alvará.
Contratação de empresa para instalação de aparelhos de ar condicionado para desativar o sistema de climatização central no prédio do TJ.	Desligamento do sistema de climatização central do TJES que está com equipamentos em final de vida útil.
Contratação de projetos para drenagem da área externa da garagem, para instalação de SPDA (Sistema contra descargas Atmosféricas) e estrutural para rampa a ser construída para promover a acessibilidade na entrada do Tribunal de Justiça.	Executar obras no prédio do Tribunal de Justiça para iniciar a regularização dos itens necessários para a obtenção da licença do corpo de bombeiros e para adequação à Norma de Acessibilidade.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Foram desenvolvidos diversos laudos de avaliação e atualização de normas de procedimentos. São eles:

<b>LAUDOS DE AVALIAÇÃO</b>	
<b>NOME DA ATIVIDADE</b>	<b>FINALIDADE</b>
Laudo de avaliação.	Concessão onerosa de uso de espaço para posto de atendimento bancário (BANESTES) para o Fórum de Cachoeiro de Itapemirim.
Laudo de avaliação.	Concessão onerosa de uso de espaço para posto de atendimento bancário (COOPJUD) no Fórum de Cachoeiro de Itapemirim.
Laudo de avaliação.	Concessão onerosa de uso para caixa eletrônico no Fórum de Cariacica.
Laudo de avaliação.	Concessão onerosa de espaço para cantina no Fórum de Guarapari.
Laudo de avaliação.	Locação de Imóvel para abrigar o Arquivo da Comarca de Iúna.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga 3 varas da Comarca de Viana.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga 2 varas da Comarca de Vitória.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o Fórum de Bom Jesus do Norte.
Laudo de avaliação.	Concessão onerosa de uso para caixa eletrônico no Fórum de Vila Velha - Prainha.

<b>NORMAS DE PROCEDIMENTOS</b>	
<b>NOME DA ATIVIDADE</b>	<b>FINALIDADE</b>
Atualização da Norma de procedimentos NP 08.04	Norma de procedimentos para recebimentos provisório e definitivo de obras e serviços de engenharia.
Atualização da Norma de procedimentos NP 08.05	Norma de procedimentos para subcontratação em obras e serviços de engenharia.
Atualização da Norma de procedimentos NP 08.06	Norma de procedimentos para paralisação e reinício de obras e serviços de engenharia.
Atualização da Norma de procedimentos NP 08.07	Norma de procedimentos para pagamento de tributos relativos a imóveis utilizados pelo Poder Judiciário.
Atualização da Norma de procedimentos NP 08.08	Norma de procedimentos para levantamento da regularidade dos imóveis em uso pelo PJES.
Atualização da Norma de procedimentos NP 08.09	Norma de procedimentos para transferência de imóvel para o Poder Judiciário.



Atualização da Norma de procedimentos NP 08.10	Norma de procedimentos para escrituração, registro e cessão de imóveis utilizados pelo Poder Judiciário.
---	--

## 6.7 SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas, unidade administrativa do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, subordinada à Secretaria Geral, tem suas atribuições definidas na forma do art. 91 da Resolução TJ/ES nº 075/2011.

Integram a Secretaria de Gestão de Pessoas: a Coordenadoria de Recursos Humanos, a Coordenadoria de Pagamento de Pessoal e a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde e suas Seções respectivas.

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Gestão de Pessoas.	Coordenadoria de Pagamento de Pessoal	<ul style="list-style-type: none"><li>• Seção de Análise, Preparação e Conferência de Dados.</li><li>• Seção de Processamento de Folha de Pagamento.</li></ul>
	Coordenadoria de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Seção de Estágio Probatório e Movimento de Servidor.</li><li>• Seção de Legislação e Benefícios.</li><li>• Seção de Registro Funcional de Servidor.</li><li>• Seção de Registro Funcional de Magistrado.</li><li>• Seção de Seleção e Acompanhamento de Estágio.</li></ul>
	Coordenadoria de Serviços Psicossociais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Seção de Saúde.</li><li>• Seção de Serviços Psicossociais.</li></ul>



A Secretaria de Gestão de Pessoas tem como princípio básico realizar uma boa gestão dos elementos que compõem a organização.

Ações são desenvolvidas com o objetivo de colaborar para o crescimento da instituição e do próprio profissional, visando uma evolução contínua, onde todos contribuem para um ambiente de eficiência e eficácia.

Nesse sentido se tem buscado ampliar conhecimentos, habilidades e atitudes para com os nossos colaboradores, promovendo meios para motivá-los.

As pressões do mundo do trabalho e os avanços científicos e tecnológicos aumentaram as demandas de relações interpessoais saudáveis e colaborativas, pautando-se em equipes com grande diversidade humana.

Manter uma força de trabalho competente e entusiasmada é o maior desafio.

Exercer a gestão de forma a compreender que nossos colaboradores são seres humanos acompanhados de um conteúdo, uma bagagem própria, uma história de vida, com conhecimentos e competências é indispensável para o sucesso da organização.

A Secretaria de Gestão de Pessoas procura aplicar modelos de gestão adequados às oportunidades e desafios.

As Coordenadorias, como unidades integrantes da Secretaria de Gestão de Pessoas tiveram importante papel na coordenação, organização, controle e supervisão dos projetos realizados pela área.

O exercício de 2020 foi de grande desafio e mudanças na área de gestão de pessoas, frente a pandemia do novo coronavírus – COVID 19.

De uma hora para outra nos vimos forçados a adotar o home office, estabelecer novos processos, novas formas de trabalho e adequar rotinas.

Em meio a tantas adaptações e incertezas, vivenciadas pela crise provocada pela pandemia da COVID-19, que desencadeou em medidas de isolamento social para evitar o avanço da doença, foi necessário à área de gestão de pessoas além de manter os colaboradores motivados e os processos correndo na normalidade possível, o desenvolvimento de mecanismos para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores.



### **6.7.1 AÇÕES REALIZADAS EM 2020**

A Secretaria de Gestão de Pessoas, juntamente com a Coordenadoria de Pagamento de Pessoal, unidade administrativa responsável pela análise, preparação e conferência de dados que possuem repercussão financeira para servidores, magistrados, juízes leigos, estagiários e PM'S e a Coordenadoria de Recursos Humanos, definiu como prioridades para o ano de 2020 a conclusão da transferência da folha de servidores inativos ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, órgão responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado do Espírito Santo, bem como a implantação do Sistema Integrado de Recursos Humanos e Pagamento de Pessoal.

A partir do mês de julho, a folha de pagamento dos servidores inativos do Poder Judiciário passou para a gestão do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, conforme estabelecido no artigo 40, § 20 da Constituição Federal, bem como no art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 282/04.

Com a efetiva transferência da folha de servidores inativos ao IPAJM o Poder Judiciário dá cumprimento a determinação contida no Parecer Prévio 0053/2016 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo referente ao exame das contas do Governador, exercício de 2015, bem como a recomendação daquele colendo Tribunal de Contas em auditoria deflagrada com a finalidade de avaliar a conformidade dos pagamentos de aposentadorias e pensões dos membros e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e Ministério Público do Estado do Espírito Santo (processo 07068/2017) o qual no item. 3.2.5 - Recomenda: "nos termos do artigo 329, §7, do RITCEES, para que o TJES, em conjunto com o IPAJM, promova adequações técnicas necessárias no sistema SIARHES, em conjunto com a PRODEST e SEGER, para a migração da folha de pagamento de todos os servidores inativos do TJES ao IPAJM, sendo de fundamental importância para a consolidação da unidade gestora única previdenciária do Estado".

Suntuoso projeto em andamento na Secretaria de Gestão de Pessoas é a implantação do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo – SIARHES.

Trata-se de uma demanda que já existe há muito tempo, de grande necessidade para a área, uma vez são utilizados sistemas distintos para a gestão de recursos humanos e folha de pagamento. Cada um com plataforma tecnológica diferente tanto com relação ao banco de dados quanto à linguagem de programação.

Assim, no ano de 2019 foi firmada parceria com a Prodest e a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos para estender a utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo – SIARHES ao Poder Judiciário.

O projeto está sendo executado em 3 fases:

Fase 1 – Implantação da Folha de Pagamento de forma centralizada



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Fase 2 – Recuperação de dados históricos de servidores e descentralização das rotinas de alimentação do SIARHES

Fase 3 – Informatização e automação de processos para gestão de pessoal

A partir de janeiro de 2021 a folha de pagamento será confeccionada exclusivamente pelo SIARHES, finalizando assim a fase 1 do projeto .

Ainda no exercício de 2020 foi efetivada a contratação do Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo - PRODEST, que auxiliará esta Secretaria na implementação da fase 2 do projeto.

Como já dito anteriormente, o ano de 2020 foi um tanto desafiador e para a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde, ainda mais.

Considerando a necessidade de medidas de prevenção ao contágio, entre elas, o isolamento social para conter a propagação da pandemia do novo coronavírus, a Coordenadoria de Serviços Psicossociais realizou a suspensão dos atendimentos presenciais.

Desta feita, foram efetuadas adaptações a fim de que os atendimentos psicossociais fossem mantidos, os quais passaram a ser realizados de forma remota (videochamada ou atendimento telefônico/Sigame), dando continuidade aos atendimentos em andamento, bem como acolhendo os novos casos que surgiram diante o cenário enfrentado.

Com a ajuda da tecnologia, foi possível a continuidade do projeto Roda de Conversa, tendo sido realizados 7 (sete) encontros por videoconferência. Este projeto tem como objetivo disponibilizar espaços de diálogo nos quais os servidores trocam experiências, informações e refletem acerca de temas relevantes que afetam suas condições de vida e de trabalho. Antes do início da Pandemia, a equipe da Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde já havia realizado 01 (um) encontro presencial.

No período de trabalho remoto a equipe da Coordenadoria empenhou-se na elaboração de matérias informativas e educativas contendo orientações, reflexões e atualizações sobre a COVID-19 a fim de contribuir para a conscientização dos riscos e medidas de higiene necessárias para evitar o contágio da doença. As matérias foram encaminhadas para os e-mails dos magistrados, servidores e estagiários, publicadas em link próprio da Coordenadoria e no site do TJES.

Após o retorno às atividades presenciais do PJES, a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde elaborou o Guia Prático da COVID-19 no ambiente de trabalho, disponibilizado no site do PJES, com o objetivo de orientar os magistrados, servidores e estagiários quanto às condutas necessárias em relação à confirmação de casos e de casos suspeitos do novo coronavírus no ambiente de trabalho. Além disso, objetivando realizar o Monitoramento de Casos da COVID-19, a CSPS disponibilizou um link para monitoramento de casos para acompanhamento e elaboração de relatórios.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Os atendimentos programados do Programa de Acompanhamento ao Trabalhador (PAT) foram suspensos durante a pandemia, mantido apenas o monitoramento dos afastamentos para tratamento da própria saúde. Além desse projeto, o Programa de Preparação para a Aposentadoria, por sua característica essencialmente presencial, também foi suspenso em 2020. Tais programas passarão por reformulações em 2021 para readequação à nova realidade de trabalho.

### 6.7.2 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

FORÇA DE TRABALHO DO PJES	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
<b>1. Cargos Efetivos Ocupados (1.1 + 1.2)</b>	<b>2.525</b>
1.1. Primeira Instância	2.057
1.2. Segunda Instância (considerando o quadro suplementar, exceto os optantes, pois estão considerados no item 4)	468
<b>2. Cargos Comissionados Ocupados (2.1 + 2.2)</b>	<b>709</b>
2.1. Primeira Instância	455
2.2. Segunda Instância	254
<b>3. Servidores Estabilizados (3.1 + 3.2)</b>	<b>23</b>
3.1. Primeira Instância	14
3.2. Segunda Instância	09
<b>4. Optantes do Regime Jurídico Único (4.1 + 4.2)</b>	<b>10</b>
4.1. Primeira Instância	02
5.2. Segunda Instância	08
<b>TOTAL GERAL DE CARGOS OCUPADOS (1 + 2 + 3 + 4):</b>	<b>3.267</b>

CARGOS COMISSIONADOS	QUANTIDADE	%
1. Ocupados (2.1 + 2.2)	<b>709</b>	73,16%
1. Ocupados exclusivamente por comissionados	605	85,33%
2. Ocupados por servidores efetivos	104	14,66%



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

2. Vagos	260	26,83%
<b>TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS (1 + 2):</b>	<b>969</b>	<b>100%</b>

Atualmente existem no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo **969 (novecentos e sessenta e nove)** cargos em comissão (considerando varas instaladas e não instaladas), dos quais **260** (duzentos e sessenta) estão vagos e **709** (setecentos e cinco) estão ocupados.

Dos **709** (setecentos e nove) cargos comissionados ocupados, 104 (cento e quatro) são ocupados por servidores efetivos e **605** (seiscentos e cinco) são ocupados por servidores exclusivamente comissionados.

Do quadro acima se observa que dos 969 (novecentos e sessenta e nove) cargos comissionados existentes, apenas 709 (setecentos e nove) estão providos, isto é 73,16 (setenta e sete vírgula dezesseis por cento) de cargos comissionados estão ocupados (referência dezembro/20).

Considerando os cargos comissionados existentes, encontramos a seguinte distribuição: 26,83% estão vagos.

Dos cargos ocupados 14,66% são exercidos por servidores efetivos e 85,33% por servidores exclusivamente comissionados.

<b>REDUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Servidores cedidos	09
Aguardando aposentadoria	377
Afastados para trato de interesses particulares	14
Licenciados para mandado classista	08

<b>AUMENTO DA FORÇA DE TRABALHO</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Servidores requisitados para atuarem na 2ª Instância	5
Servidores requisitados para atuarem na 1ª Instância	49



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

<b>MAGISTRADOS E SERVIDORES INATIVOS</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Magistrados Inativos	125
Servidores Inativos	945

\* considera-se servidor e magistrado inativo aquele afastado aguardando a publicação da portaria de aposentadoria pelo órgão de Previdência, bem como o efetivamente aposentado pelo IPAJM com aposentadoria registrada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Importa destacar que em comparação ao ano de 2019, tivemos uma redução de aproximadamente 80(oitenta) servidores do quadro funcional.

Ressalte-se que os dados acima descritos foram extraídos no dia 19/01/2021, com data de corte 31/12/2020.

## **6.8 SECRETARIA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária é o órgão financeiro central do Poder Judiciário, o qual se incumbe das atribuições definidas nos artigos 105 a 112 da Resolução nº 75/2011, dentre elas:

- Desenvolvimento de atividades de planejamento em auxílio à Assessoria de Planejamento e Orçamento.
- Organização, direção e controle das funções financeiras;
- A administração financeira, abrangendo os sistemas de gestão orçamentária, financeira e de contabilidade;
- Controle de recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário

<b>SECRETARIA</b>	<b>COORDENAÇÃO</b>	<b>SEÇÃO</b>
Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	Coordenadoria de Contabilidade	<ul style="list-style-type: none"><li>• Seção de Escrituração, Análise Contábil e Análise Patrimonial;</li><li>• Seção de Tomadas e Prestação de Contas.</li></ul>
	Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira	<ul style="list-style-type: none"><li>• Seção de Empenho e Escrituração da Despesa;</li><li>• Seção de Tesouraria;</li><li>• Seção de Controle de Contratos e Convênios.</li></ul>



### **6.8.1 - AÇÕES REALIZADAS EM 2020:**

- Início da elaboração de Normas de Procedimentos de acordo com o novo fluxo de documentos após implantação do SEI;
- Elaboração de relatórios para alimentar o Portal Transparência ( Contratos pagos, Dispensas e Inexigibilidades e Diárias Pagas);
- Estudos visando à implantação do EFD-Reinf;
- Estudos e reuniões visando à implantação do CidadES – Contratação do TCEES;
- Publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira no Portal Transparência conforme Resolução do Conselho Nacional de Justiça;
- Orientação às áreas administrativas visando à preparação de relatórios gerenciais relativos à execução orçamentária e financeira e à gestão patrimonial do Tribunal;
- Elaboração trimestral do relatório gerencial Foco em Resultado ao Secretário Geral visando subsidiar decisões relativas à utilização de recursos financeiros previstos e à disponibilidade de caixa;
- Acompanhamento da disponibilidade financeira com a consequente programação de desembolso;
- Elaboração dos relatórios anuais da execução orçamentária, financeira e patrimonial e sua publicação;
- Controle dos contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres, relativos ao Tribunal;
- Elaboração de cálculo do montante financeiro a ser mensalmente repassados ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo;
- Validação de documentos assinados digitalmente, em virtude de impossibilidade atual de assinatura de pessoas externas diretamente no SEI;
- Estudo das retenções tributárias a serem efetuadas nos pagamentos do PJES, para auxílio aos gestores dos contratos, bem como, elaboração de pareceres para o devido enquadramento tributário, com auxílio da ferramenta contratada;
- Alteração dos procedimentos de contabilização das folhas de pagamento (Servidores e Magistrados) e sua divisão em Regime Próprio e Regime Geral;
- Levantamento e orientação aos gestores de contrato quanto aos procedimentos a serem adotados no que tange aos Restos a Pagar;
- Levantamento de legislação relativa ao ISS junto ao Executivo Municipal;
- Auxílio no levantamento de informações ante a alteração do sistema operacional da Folha de Pagamento;
- Levantamento dos processos de multa em aberto;
- Confecção de Reservas, Empenhos, Liquidações, Ordens Bancárias, Cálculos de Reajustes, Repactuação, Análise de processos de pagamento, etc...;
- Orientação aos gestores de contrato;
- Elaboração de Notas Técnicas Internas detalhando os procedimentos afetos a essa unidade;
- Elaboração e Publicação diária das receitas orçamentárias de todas as Unidades Gestoras do PJES;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas com cartão alimentação;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas com Suprimento de Fundos;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas e receitas com Penas Pecuniárias;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes aos repasses e retenções previdenciárias efetuadas nas folhas de pagamento de Servidores e Magistrados;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

- Adequação e redução do valor da proposta orçamentária e das concessões às reais necessidades das unidades do Poder Judiciário, efetivando-se a integração entre o planejamento das unidades e o orçamento do Poder Judiciário;
- Adequação às normas vigentes para elaboração e publicação do Relatório de Gestão Fiscal;
- Alteração do Ato Normativo nº 646/07, através do Ato Normativo nº 103/2020 publicado em 06/11/2020. A alteração objetivou atualizar os valores do Ato conforme novos limites da Lei 8.866/93 e aumentar o prazo de aplicação para melhor eficiência na concessão x aplicação dos recursos de Suprimento de Fundos;
- Disponibilização da versão alterada e compilada do Ato Normativo nº 646/07 no site do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, <http://www.tjes.jus.br/institucional/setores/secretaria-de-financas-apresentacao/coordenadoria-de-contabilidade/secretaria-de-financas-suprimento-de-fundos/>;
- Elaboração de manual das atividades da Seção de Prestação e Tomada de Contas;
- Apresentação do manual das atividades da Seção de Prestação e Tomada de Contas e orientação das atividades a todos os servidores da Coordenadoria de Contabilidade;
- Elaboração de manual do 024 - Cartão Magnético - Fechamento, Parecer Final e Encerramento, objetivando orientar os servidores e estagiários da Coordenadoria de Contabilidade nos procedimentos de fechamento da prestação de contas do cartão magnético no SEI – Sistema Eletrônico de Informações;
- Orientação e acompanhamento junto às Comarcas/Secretarias para as solicitações e prestações de contas do suprimento de fundos e cartão alimentação através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
- Acompanhamento e o controle da arrecadação das receitas judiciais e extrajudiciais;
- Orientação e acompanhamento junto aos advogados e partes interessadas para as solicitações de restituições de valores pagos indevidamente;
- Orientação e acompanhamento para criação no Sistema de Arrecadação e registros contábeis da receita referente a "LEILÃO";
- Adequação às normas vigentes para elaboração e envio da Prestação de Contas Anual;
- Elaboração e adequação às normas vigentes da Prestação de Contas Mensal;
- Análise para disponibilização do relatório das receitas em tempo real no portal transparência;
- Análise e elaboração de respostas sobre os questionamentos relativos a questões contábeis e/ou financeiras efetuados pelos órgãos de Controles Interno e Externos;
- Estudos para implantação dos procedimentos referentes a arrecadação da receita da Dívida Ativa pelo poder judiciário bem como seus registros contábeis;
- Alteração dos procedimentos de contabilização das unidades gestoras referentes a precatórios, devido a implantação do alvará eletrônico;
- Elaboração dos relatórios anuais de encerramento de exercício da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

## **6.9 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.**

### **6.9.1 - AÇÕES REALIZADAS EM 2020:**

#### **PJe 2G:**

- Disponibilização da Sessão de Julgamento de Desembargadores.
- Remessas RE e REsp para Câmaras Cíveis Reunidas.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PRESIDÊNCIA**

- Implantação de interposição da Apelação Cível, a Remessa necessária e os Incidentes de Impedimento e Suspeição.

**PJe 1G:**

- Atualização e adequação do sistema PJe para a Versão 2.1.5.0.
- Implantação do PJe nos Juizados Especiais das Comarcas da Grande Vitória.
- Expansão para Competência Cível (nas Unidades que já utilizam o PJe).

**Implantação do Sistema de Gravação de Audiência nas salas do 1º grau:**

- Implantação de solução para gravação audiovisual de audiências e sessões de julgamento:
  - Instalação de equipamentos (câmeras, microfones, mesas de som).
  - Sistema para captura, marcação, publicação e armazenamento.
  - Treinamento dos usuários.
- Mais de 320 salas de audiência instaladas 13 salas de depoimento especial, Tribunal Pleno e 3 salas de sessão na 2ª instância(em andamento).
- Realização de webinários periódicos para complementação dos treinamentos.
- Maior celeridade e eficiência na prestação jurisdicional Cumprimento à legislação vigente Viabilização de audiências virtuais e híbridas

**CidadES CONTRATAÇÃO:**

Visando atender a instrução normativa TC 43/2017, o projeto tem como objetivo enviar informações ao TCE-ES de forma estruturada, consistente e confiável referentes às licitações, contratos e contratações em geral, contribuindo para um maior controle dos processos e transparência.

**CidadES FOLHA DE PAGAMENTO:**

Visando adequar os novos layouts de integração do TCE-ES, para envio das informações de folha de pagamento, o PJES finalizou mais um projeto de melhoria, contribuindo para aumento de confiabilidade, segurança, automatização nos procedimentos, além de maior controle e transparência da Governança Pública.

**e-Jud MELHORIAS EM RELAÇÃO A REVISÃO DE PRISÃO:**

Contribuindo para um maior controle referente a prisão provisória, o PJES implementou no sistema EJUD melhorias para gestão de prazos de revisão de prisão provisória, as quais Magistrados e Servidores de varas Criminais recebem alertas com indicação de quantidade/detalhamento de processos que necessitam de revisão.

**e-Jud REGISTRO DE NOTIFICAÇÕES NO MÓDULO CENTRAL DE MANDADOS:**

Visando maior agilidade e rastreabilidade, a melhoria permite a comunicação entre os envolvidos no ciclo de vida dos Mandados Judiciais, desde a expedição (Cartório), distribuição (Central de Mandados), cumprimento (Oficial de Justiça) e permitindo



registros de notificações durante o processo, ficando acessíveis também nas consultas de mandados.

### **Projeto SIARHES – MIGRAÇÃO DE DADOS HISTÓRICOS FASE II**

O Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo - Siarhes é uma ferramenta de administração utilizada para gestão do pessoal ativo e para o pagamento de Benefícios Previdenciário. Com uma solução mais moderna, será possível melhorar e otimizar os processos de trabalho, além de atender as obrigações legais.

### **Assyst REVISÃO DO CATÁLOGO DE SERVIÇOS**

O Catálogo de Serviços foi atualizado com uma listagem ainda mais ampla de opções para abertura de chamados, onde o usuário poderá selecionar a alternativa que mais se assemelha ao problema que necessita ser solucionado. A expectativa é que haja melhoria na qualidade do registro, no tempo e no processo de atendimento. O catálogo está acessível em: <https://sistemas.tjes.jus.br/assystnet/>

### **ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES**

O projeto visa a modernização do parque tecnológico de microcomputadores e notebooks do PJES. A assinatura da ata de registro de preços já foi concluída, restando a disponibilização orçamentária para início de execução do projeto.

### **TELEFONIA FIXA**

Revisão do modelo de prestação dos serviços de telefonia fixa, culminando na assinatura de novo contrato, com redução de R\$800.000,00 por ano, gerando uma economia de aproximadamente 53% em relação ao contrato anterior.

### **ADEQUAÇÕES NO SISTEMA DE CÁLCULO DE PRECATÓRIOS E RELATÓRIO DE PRECATÓRIOS AO PÚBLICO**

Visando contribuir para a gestão dos precatórios e respectivos procedimentos operacionais, foram realizadas adequações no Sistema de Cálculo de Precatórios em atendimento à Resolução CNJ 303/2019, para:

- Suprimir os dados de identificação do beneficiário.
- Não incidir juros de mora em períodos indicados na Resolução.

### **Portaria nº 914 - ADEQUAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO**

Com o objetivo de alcançar a conformidade com a portaria 914, 13 de janeiro de 2020, do Ministério da Economia, que altera a metodologia de cálculo e a tabela previdenciária do regime geral, o PJES realizou adequações em seus sistemas, ajustando-se a nova fórmula. Também ajustando as novas alíquotas de desconto previdenciário e contribuição patronal para regime próprio, conforme previsto nas leis completares do estado N° 931/2019 e N° 945/2020.



### **Projeto Pitch [GOV.ES](#)**

O desafio proposto pelo PJES no programa Pitch [Gov.ES](#), do Laboratório de Inovação na Gestão (LAB.ges) do Governo do Estado, lançado por meio do Centro de Inteligência Artificial do PJES (CorE-IA), recebeu 27 inscrições de startups interessadas em propor soluções. O desafio lançado pela Justiça Estadual, por meio do Centro de Inteligência Artificial do TJ (CorE-IA) foi: “Como facilitar o acesso gratuito do cidadão à justiça, a partir de um modelo que avalie se o pedido pode ser concebido, cruzando dados das mais diversas bases em busca de parâmetros que o justifiquem?”

### **Projeto Juízo 100% digital**

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo implantou o Juízo 100% Digital, um projeto do Conselho Nacional de Justiça, em que todos os atos processuais, como audiências e sessões, são realizados exclusivamente por videoconferência, utilizando a Internet.

O projeto é um novo marco na prestação jurisdicional, uma vez que o Poder Judiciário Capixaba avança na virtualização dos processos e procedimentos, proporcionando uma justiça mais célere e redução de custos.

### **Contratação de Plataforma de videoconferência para reuniões e sessões**

Impulsionada pelo cenário pandêmico de 2020, a célere contratação da Ferramenta de videoconferência possibilitou, de maneira segura, a continuidade de alguns serviços prestados pelo PJES. Dentre estes, destacamos: Tele audiências no 1º grau Retorno das Sessões do Pleno e das Câmaras do TJ Acesso das partes ao magistrado com uma maior segurança e comodidade.

### **Disponibilização do trabalho remoto**

- Implementação e disponibilização de acesso remoto seguro às estações de trabalho.
- Viabilização do funcionamento das variadas plataformas de webconferência e comunicação (Zoom, Webex, Whatsapp, Teams, Skype).
- Configuração de redirecionamento de ligações telefônica, para viabilizar a continuidade do atendimento por este canal.
- Conclusão de estudos para subsidiar a expansão da capacidade da rede dados de todas as unidades do PJES.
- Melhorias no serviço de Correio Eletrônico.

### **OUTRAS CONTRATAÇÕES CONCLUÍDAS**

- Contratação de serviço para emissão de certificado digital.
- Contratação de suporte da ferramenta Assyst.
- Contratação do Suporte VMWare.
- Contratação do Suporte para Switches Extreme.
- Registro de ARP para notebooks e computadores.

### **6.9.2 - AÇÕES EM ANDAMENTO:**



- Contratação de Outsourcing de Impressão.
- Contratação da Suíte de Colaboração.
- Contratação da Ferramenta de Gerenciamento de Fluxo de Trabalho.
- Contratação de Service Desk.
- Contratação de Software de Gestão e Monitoramento do Planejamento Estratégico.
- Contratação de Serviço de Dados, a fim de aprimorar o serviço atualmente prestado, objetivando atender novos cenários evidenciados durante a pandemia.
- Contratação de telefonia móvel com serviço de dados.
- Aquisição de scanners de mesa e departamental, leitores de código de barras, impressoras térmicas e no-breaks.
- Aquisição de webcam e headset.

#### 6.9.3 - AÇÕES A SEREM REALIZADAS:

- Reestruturação da Secretaria de Tecnologia da Informação.
- Expansão PJe – Unidades cíveis e Habeas Corpus.
- Contratação de Fábrica de Software.
- Renovação do parque tecnológico - notebooks e desktops.
- Plano de Transformação Digital do PJES.
- Implementar o Plano de Capacitação.

## 7. PROCESSOS - QUANTITATIVO DE CASOS NOVOS, SENTENÇAS E BAIXAS

No exercício de 2020, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo recebeu 214.835 casos novos, o que representa um decréscimo de 28,6% no número de casos novos quando comparado com o exercício de 2019, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Fase Processual	Ano		Percentual por Ano		Variação (2020/2019)
	2019	2020	2019	2020	
Conhecimento	281.636	193.637	93,6%	90,1%	-31,2%
Execução	19.196	21.198	6,4%	9,9%	+10,4%
<b>Total</b>	<b>300.832</b>	<b>214.835</b>	<b>100,0%</b>	<b>100%</b>	<b>-28,6%</b>

Fonte de dados: Módulo de Produtividade Mensal CNJ/ PJES

A quantidade de sentenças proferidas no exercício de 2020 foi de 241.495, representando uma redução 33,6% quando comparado com o exercício de 2019, conforme demonstrado na tabela abaixo:



#### Quantidade de Sentenças

Fase Processual	Ano		Percentual por Ano		Variação (2020/2019)
	2019	2020	2019	2020	
Conhecimento	302.435	210.598	83,2%	87,2	-30,4%
Execução	61.065	30.897	16,8%	12,8	-49,4%
<b>Total</b>	<b>363.500</b>	<b>241.495</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-33,6%</b>

Fonte de dados: Módulo de Produtividade Mensal CNJ/ PJES

No exercício de 2020, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo teve um total de 305.116 processos baixados, o que representa um decréscimo de 35,3% no número de processos baixados quando comparado com o exercício de 2019, conforme demonstrado na tabela abaixo:

#### Quantidade de Processos Baixados

Fase Processual	Ano		Percentual por Ano		Variação (2020/2019)
	2019	2020	2019	2020	
Conhecimento	389.816	250.996	82,7%	82,3%	-35,6%
Execução	81.581	54.120	17,3%	17,7%	-33,7%
Total	471.397	305.116	100,0%	100,0%	-35,3%

Fonte de dados: Módulo de Produtividade Mensal CNJ/ PJES

## 8. GESTÃO DOS PRECATÓRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020

Considerando o fim do exercício de 2020, a Assessoria de Precatórios elaborou relatório com os principais dados referentes à Gestão de Precatórios, conforme informações que seguem:

### I- RELAÇÃO DOS ENTES QUE ESTÃO SUBMETIDOS AO REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS:

MUNICÍPIO	ESTOQUE DE PRECATÓRIOS 2020	VALOR ANUAL 2021	PARCELA MENSAL 2021	%L RCL	PREVISÃO SAÍDA DO REGIME ESPECIAL
Alto Rio Novo	R\$ 2.915.772,20	R\$ 983.092,20	R\$ 81.924,35	3,37%	30/12/2023
Baixo Guandu	R\$ 990.158,87	R\$ 990.158,87	R\$ 181.233,62	0,84%	30/06/2021
Cariacica	R\$ 12.980.396,46	R\$ 7.200.000,00	R\$ 600.000,00	0,81%	30/10/2022
Guaçuí	R\$ 44.043,38	R\$ 44.043,38	R\$ 44.043,38	0,05%	30/01/2021
Guarapari	R\$ 33.770.673,50	R\$ 8.348.695,32	R\$ 695.724,61	1,61%	30/01/2025
Muqui	R\$ 3.966.775,61	R\$ 1.002.085,68	R\$ 83.507,14	2,43%	30/12/2024



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PRESIDÊNCIA**

Serra	R\$ 14.225.897,52	R\$ 14.225.897,52	R\$ 1.918.889,65	0,84%	30/08/2021
Viana	R\$ 2.708.408,50	R\$ 2.283.668,52	R\$ 190.305,71	0,83%	30/03/2022
Vila Velha	R\$ 70.872.074,64	R\$ 30.000.000,00	R\$ 2.500.000,00	3,43%	30/05/2023

**OBS:** OS ACERVOS DAS ENTIDADES DEVEDORAS PODEM SER CONSULTADOS ATRAVÉS DO LINK ABAIXO:

<http://www.tjes.jus.br/precatórios/consultas/listas-de-precatórios/>

**II - RELAÇÃO DOS ENTES SUBMETIDOS AO REGIME COMUM DE PAGAMENTO, CONFORME ART.100 DA CF/88:**

ENTES REGIME COMUM
ESTADO
AFONSO CLAUDIO
ALEGRE
ALFREDO CHAVES
ANCHIETA
ARACRUZ
BARRA DE SÃO FRANCISCO
BREJETUBA
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
CASTELO
COLATINA
CONCEIÇÃO DA BARRA
CONCEIÇÃO DO CASTELO
DIVINO DE SÃO LOURENÇO
GOVERNADOR LINDENBERG
IBATIBA
IBITIRAMA
IRUPI
ITAPEMIRIM
IÚNA
JAGUARÉ
JERÔNIMO MONTEIRO
JOÃO NEIVA
LINHARES
MARATAÍZES
MARECHAL FLORIANO
MARILÂNDIA
MIMOSO DO SUL
MUCURICI
MUNIZ FREIRE
NOVA VENÉCIA
PANCAS
PEDRO CANÁRIO
PINHEIROS
PIÚMA



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PRESIDÊNCIA**

PONTO BELO
RIO NOVO DO SUL
SANTA MARIA DE JETIBÁ
SANTA TERESA
SÃO DOMINGOS DO NORTE
SÃO GABRIEL DA PALHA
VARGEM ALTA
VITÓRIA
INSS
IPAMV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA
MUNICÍPIO DE VITÓRIA

OBS: OS ACERVOS DAS ENTIDADES DEVEDORAS PODEM SER CONSULTADOS ATRAVÉS DO LINK ABAIXO:

<http://www.tjes.jus.br/precatorios/consultas/listas-de-precatorios/>

**III – NÃO FORAM ABERTOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE BLOQUEIO NO EXERCÍCIO DE 2020; ENTES QUE NÃO REALIZARAM PAGAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2019, NA FORMA DO ART. 33, DA RESOLUÇÃO Nº 115/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.**

**IV – PAGAMENTOS REALIZADOS:**

A relação dos pagamentos de precatórios realizados no exercício de 2020 pode ser consultada no endereço eletrônico da página de precatórios:

<http://www.tjes.jus.br/precatorios/consultas/precatorios-liquidados-por-ente-publico/>

A Assessoria de Precatórios vem cumprindo rigorosamente o preceituado nas Emendas Complementares 62/2009, 94/2016 e 99/2017, exigindo dos entes públicos os repasses financeiros estipulados, conforme o regime de pagamento em que cada ente está submetido, com o objetivo de liquidação dos precatórios inscritos em seu acervo.

**9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente Relatório de Gestão buscou abordar os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, permitindo à Corte de Contas Estadual e à população em geral obter informações úteis e relevantes que possibilitem a avaliação, de forma ampla, da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados, evidenciando os resultados dos programas desenvolvidos no âmbito deste egrégio Tribunal de Justiça.